



RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO DE 2017



ÍNDICE GERAL

1 – INTRODUÇÃO	6
1.2 - CONSIDERAÇÕES GERAIS	7
2 – ANÁLISE ORÇAMENTAL	8
2.1 - EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO	9
2.2 - EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - ÍNDICE DE EXECUÇÃO.....	10
2.3 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	12
3 – ANÁLISE PATRIMONIAL.....	26
3.1. – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	27
3.2 - EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	28
3.3- ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA	28
3.4 - PROPOSTA PARA A APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO ANO DE 2016	30
CONCLUSÃO.....	31
4 – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	32
4.1- BALANÇO	33
4.2. – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	37
5 – MAPAS RESUMO DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL	38
5.1. – CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA.....	39
5.2. – CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA	44
5.3. – RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	48
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	49



ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Execução das GOP'S.....	9
Gráfico 2 – Execução do PPI	10
Gráfico 3 – Evolução das Receitas	13
Gráfico 4 – Fundos Municipais (FGM – Fundo Geral Municipal, FBM – Fundo de Base Municipal, FCM – Fundo de Coesão Municipal (designações em vigor até 2007), FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM – Fundo Social Municipal e IRS – Participação Fixa no IRS (designações em vigor)).	15
Gráfico 5 – Execução Orçamental da Despesa	17
Gráfico 6 - Despesa Corrente e Capital	18
Gráfico 7 - Estrutura de Resultados	29
Gráfico 8 - Dívidas a Curto, Médio e Longo Prazos	73



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura e Execução do Investimento por Funções – Ano de 2017	11
Quadro 2 – Mapa comparativo da evolução da Execução do PPI	11
Quadro 3 – Execução Orçamental da Receita	12
Quadro 4 – Evolução das Receitas (2006 a 2017)	13
Quadro 5 – Fundos Municipais (FGM – Fundo Geral Municipal, FBM – Fundo de Base Municipal, FCM – Fundo de Coesão Municipal (designações em vigor até 2007), FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM – Fundo Social Municipal e IRS – Participação Fixa no IRS (designações em vigor)).	14
Quadro 6 – Execução Orçamental das Despesas	15
Quadro 7 – Evolução da Despesa	16
Quadro 8 – Despesas Correntes e Capital	17
Quadro 9 - Princípio do Equilíbrio – Execução Orçamental	18
Quadro 10 - Equilíbrio Orçamental	19
Quadro 11 – Limite da Dívida Total	20
Quadro 12 – Despesas com Pessoal (2016 e 2017)	21
Quadro 13 – Rácios de Estrutura da Receita	21
Quadro 14 – Rácios de Estrutura da Despesa	22
Quadro 15 – Resumo dos Fluxos de Caixa	23
Quadro 16 – Operações de Tesouraria	25
Quadro 17 – Variações Patrimoniais	27
Quadro 18 – Rácios de Gestão Financeira	28
Quadro 19 – Resumo dos Rácios	29
Quadro 20 – Balanço	36
Quadro 21 – Demonstrações de Resultados	37
Quadro 22 – Mapa de controlo Orçamental da Receita	43
Quadro 23 – Mapa de controlo Orçamental da Despesa	47
Quadro 24 – Mapa Resumo dos Fluxos de Caixa	48
Quadro 25 – Imobilizado Corpóreo	61



Quadro 26 – Imobilizado em Curso.....	62
Quadro 27 – Imobilizado Incorpóreo	62
Quadro 28 – Amortizações Acumuladas.....	63
Quadro 29 – Entidades Participadas.....	65
Quadro 30 – Fundo Patrimonial	66
Quadro 31 – Demonstração do CMVMC	67
Quadro 32 – Demonstração de Resultados Financeiros	67
Quadro 33 – Demonstração de Resultados Extraordinários.....	68
Quadro 34 – Dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos	71
Quadro 35 – Outras Dívidas a terceiros 2017	73
Quadro 36 – Recebimentos e Pagamentos em atraso a 31/12/2016	75
Quadro 37 – Posição dos projetos candidatos em 31/12/2017.....	76
Quadro 38 – Prazo Médio de Pagamentos	76



1 – INTRODUÇÃO

Nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro (Novo Regime jurídico das Autarquias Locais) é da competência da Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal.

Um dos documentos de prestação de contas é o Relatório de Gestão, cujo conteúdo deve contemplar os aspetos referenciados no ponto 13 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL). Para além disso, deve conter um conjunto de informações que reflitam a situação funcional, operacional e económica da Autarquia. Tais informações destinam-se, não só para apreciação do órgão deliberativo, fiscalizador da atividade municipal e, para julgamento do Tribunal de Contas, como também para terceiros tais como fornecedores, entidades bancárias e cidadãos em geral, a fim de avaliarem a atividade desenvolvida e o seu impacto no desenvolvimento económico e social das populações.

Assim, cabe à Assembleia Municipal apreciar os documentos de prestação de contas na sua sessão ordinária de Abril do ano seguinte àquele a que respeitam, de acordo com o n.º 2 do artigo 27.º da Lei 75/2013 (Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais) de 12 de Setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), posteriormente, o órgão executivo remeterá para o Tribunal de Contas.

No ponto 2 das considerações técnicas do POCAL, estão discriminados os documentos de prestação de contas a enviar ao Tribunal de Contas, para controlo jurisdicional.



1.1 - NOTA PRÉVIA

Com este Relatório de Gestão pretende-se demonstrar:

- a) A situação económica relativa ao exercício, comparada com exercícios anteriores, analisando a evolução da gestão nos diversos sectores de Atividade Autárquica;
- b) Os níveis de execução mais relevantes da atividade financeira municipal, no que respeita à sua atividade económica e financeira (quer da receita quer da despesa);
- c) Uma síntese da situação financeira da autarquia, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise dos Balanços e das Demonstrações de Resultados;
- d) A evolução das dívidas a terceiros de curto, médio e longo prazo;
- e) A proposta fundamentada de aplicação do resultado líquido do exercício;
- f) Os factos relevantes ocorridos no exercício ou no termo do exercício anterior.

1.2 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Da presente análise podemos tirar interpretações concretas de quais os desvios que se efetuaram às previsões iniciais, apontadas nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2017. Será através da leitura e interpretação dos números que podemos fazer uma análise da atividade económica – financeira do Município. No entanto, para que essa leitura seja mais esclarecedora, juntamos algumas notas explicativas que irão acompanhar cada elemento técnico.

Apontamos como metodologia de análise do Relatório de Gestão de 2017, fazê-la em dois grandes capítulos: Análise Orçamental e Análise Patrimonial.



2 – ANÁLISE ORÇAMENTAL



2.1 - EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

No gráfico seguinte mostram-se as Execuções do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e do Plano de Atividades Municipais (PAM), por funções (% em relação ao total executado):

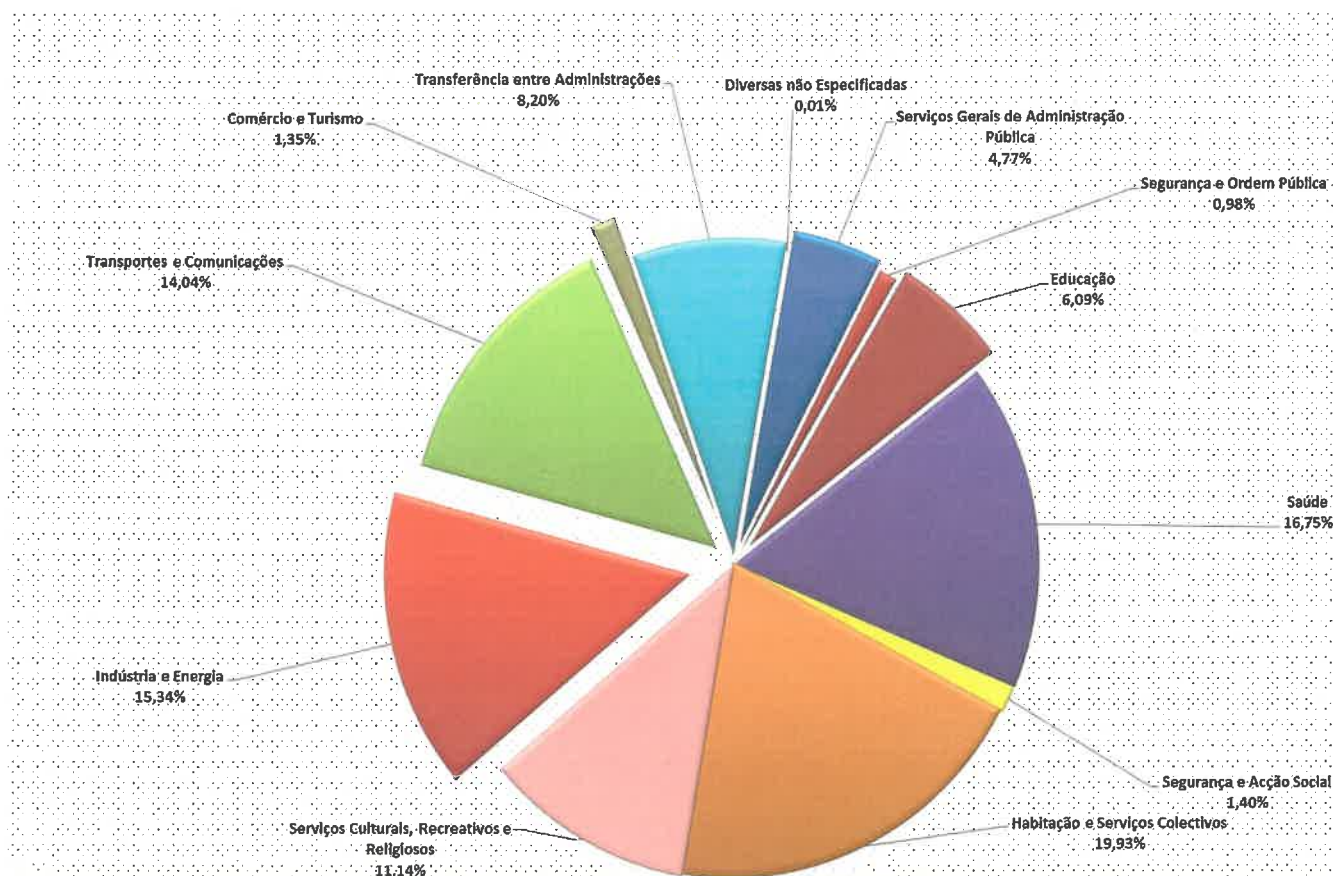


Gráfico 1 – Execução das GOP'S



2.2 - EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - ÍNDICE DE EXECUÇÃO

Importa debruçarmo-nos sobre este Plano, por nele constarem todos os projetos e ações que implicam despesas orçamentais a realizar por investimentos. Os objetivos principais definidos neste Plano, a que esta Prestação de Contas se refere, foram conseguidos. Referimo-nos concretamente às subfunções cujas taxas de execução anuais em relação ao montante previsto inicialmente, são as seguintes:

Serviços Gerais de Administração Pública - 69,47%, Saúde – 63,06%, Transportes e Comunicações - 44,55%, Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos - 35,02%, Habitação e Serviços Coletivos - 22,01%, Comércio e Turismo - 15,09%, Indústria e Energia - 12,40% e Educação – 9,57%.

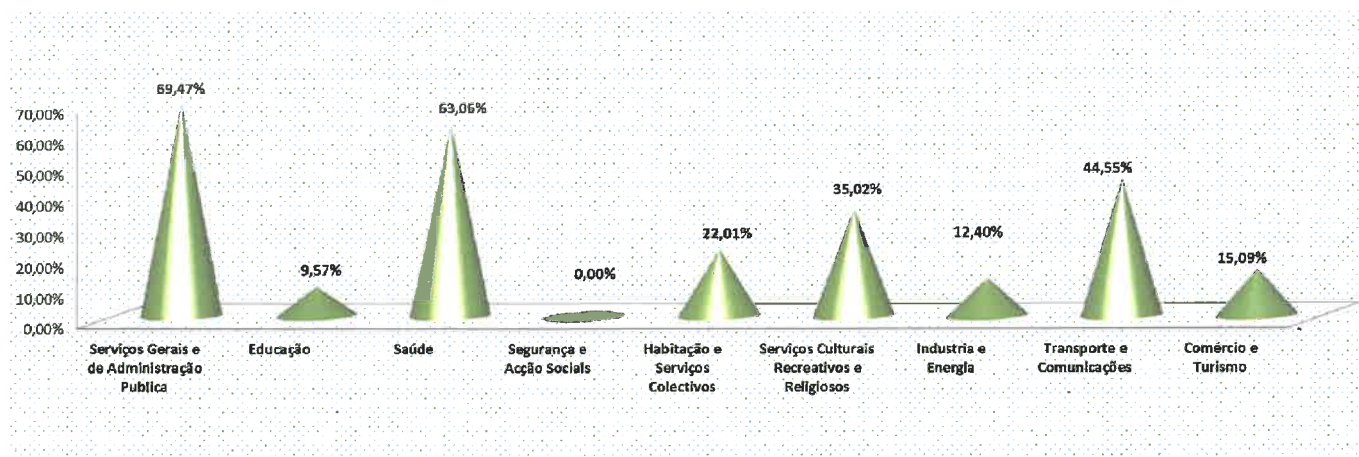


Gráfico 2 – Execução do PPI

Da leitura do presente gráfico e em consonância com o quadro a seguir descrito, conclui-se que a maior parte da despesa de investimento incidu nas rubricas: **Serviços Gerais de Administração Pública – 69,47% e Saúde – 63,06%.**



Funções	Previsto	Executado	Desvio	Taxa de Execução %
Serviços Gerais de Administração Pública	196.000,00	136.157,51	-59.842,49	69,47
Educação	178.800,00	17.116,39	-161.683,61	9,57
Saúde	976.993,86	616.103,11	-360.890,75	63,06
Segurança e Acção Sociais	62.150,00	0,00	-62.150,00	0,00
Habituação e Serviços Colectivos	992.464,00	218.445,27	-774.018,73	22,01
Serviços Culturais Recreativos e Religiosos	89.300,00	31.276,45	-58.023,55	35,02
Indústria e Energia	419.100,00	51.961,84	-367.138,16	12,40
Transporte e Comunicações	1.227.650,49	546.900,87	-680.749,62	44,55
Comércio e Turismo	42.100,00	6.353,62	-35.746,38	15,09
Total Geral	4.184.558,35	1.624.315,06	2.560.243,29	38,82

Quadro 1 – Estrutura e Execução do Investimento por Funções – Ano de 2017

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Previsto	8.389.048,42	8.746.001,27	8.563.680,48	12.884.489,28	13.095.658,25	7.128.912,80	2.593.350,00	2.900.175,80	1.515.067,95	4.184.558,35
Executado	2.872.233,16	2.055.893,21	2.979.906,87	4.534.900,19	5.619.156,06	4.617.059,55	1.653.432,69	1.962.114,96	652.285,50	1.624.315,06
%	34,24%	23,51%	34,80%	35,20%	42,91%	64,77%	63,76%	67,66%	43,05%	38,82%

Quadro 2 – Mapa comparativo da evolução da Execução do PPI

Da leitura do quadro supra, constata-se que no ano em análise, foi obtida a percentagem de **38,82%**.



2.3 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

2.3.1 – RECEITAS – 2017

Classificação		Dotação			Execução	
Económica	Descrição	Inicial	Alterações	Actual	Cobrada	%
01	IMPOSTOS DIRETOS	847.875,00	0,00	847.875,00	896.537,96	105,7
02	IMPOSTOS INDIRETOS	2.104,00	0,00	2.104,00	2.766,95	131,5
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	40.612,00	0,00	40.612,00	55.937,19	137,7
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	130.463,00	0,00	130.463,00	11.546,77	8,9
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.474.955,00	0,00	6.474.955,00	6.335.990,92	97,9
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.277.747,00	0,00	1.277.747,00	1.323.460,20	103,6
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	103.036,00	0,00	103.036,00	15.709,85	15,2
	RECEITAS CORRENTES	8.876.792,00	0,00	8.876.792,00	8.641.949,84	97,4
9	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	19,00	0,00	19,00	0,00	0,0
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.589.457,00	0,00	3.589.457,00	1.490.319,64	41,5
12	PASSIVOS FINANCEIROS	1,00	0,00	1,00	0,00	0,0
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2,00	0,00	2,00	0,00	0,0
	RECEITAS DE CAPITAL	3.589.479,00	0,00	3.589.479,00	1.490.319,64	41,5
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	2,00	0,00	2,00	4.000,00	200.000,0
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	1.181.812,19	1.181.812,19	1.181.812,19	100,0
	OUTRAS RECEITAS	2,00	1.181.812,19	1.181.814,19	1.185.812,19	100,34
	TOTAL DA RECEITA	12.466.273,00	1.181.812,19	13.648.085,19	11.318.081,67	82,9

Quadro 3 – Execução Orçamental da Receita

Da leitura do quadro supra constata-se que o total das receitas arrecadadas é de **11.318.081,67€**. Este valor inclui **1.181.812,19€**, de saldo da gerência anterior (execução orçamental) que corresponde a **10,44%** das receitas arrecadadas e **4.000,00 €**, de reposições, o que corresponde a **0,04%**.

O total das receitas correntes foi de **8.641.949,84€**, o que corresponde a **76,36%**, do total das receitas arrecadadas.

As receitas de capital foram de **1.490.319,64€**, o que corresponde a **13,17%** do total das receitas arrecadadas.

Refira-se ainda que, a percentagem de execução de receitas correntes e de receitas de capital, em relação ao previsto corrigido é de **97,4%**, e **41,5%**, respetivamente.

Realçamos o facto de que o total das receitas cobradas em relação às previsões corrigidas, atingiu uma percentagem de 82,9%. Informa-se que apesar de a taxa de execução ser inferior a 85%, ainda estamos dentro do estipulado no nº 3 do artigo 56º da Lei 73/2013 de 3 de setembro (RFALEI), uma vez que no **ano de 2016, a execução da receita atingiu os 92,10%**. A referida execução revela ainda que os



orçamentos municipais têm vindo a ser planeados de forma mais responsável, fiável e eficaz.

Continuamos a achar conveniente, para uma melhor apreciação das Finanças Municipais, estabelecer a comparação entre a presente Prestação de Contas e a dos anos anteriores.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Correntes	5.170.461,69 €	5.680.967,90 €	5.773.590,71 €	6.655.587,92 €	6.655.937,69 €	6.679.059,99 €	6.695.144,27 €	7.820.678,22 €	9.192.109,86 €	8.745.879,96 €	8.677.500,14 €	8.641.949,84 €
Capital	4.651.196,38 €	4.399.937,24 €	4.154.492,10 €	3.725.978,41 €	3.887.450,53 €	5.461.053,25 €	7.722.947,34 €	4.397.650,72 €	1.342.901,65 €	1.503.969,39 €	1.042.452,29 €	2.676.131,83 €
Total	9.821.658,07 €	10.080.905,14 €	10.071.503,41 €	10.541.157,46 €	10.543.388,22 €	12.140.113,24 €	14.418.091,61 €	12.218.328,94 €	10.535.011,51 €	10.249.849,35 €	9.719.952,43 €	11.318.081,67 €
Evolução da Receita	12,01%	2,64%	-0,09%	4,66%	0,02%	15,14%	18,76%	-15,26%	-13,78%	-2,71%	-5,17%	16,44%

Quadro 4 – Evolução das Receitas (2006 a 2017)

Refira-se que e no seguimento da metodologia de anos anteriores, consideramos o saldo de gerência como Receita de Capital, realçamos ainda, que utilizamos esta mesma metodologia também para a Despesa. Deste quadro comparativo podemos verificar que houve um aumento da receita total de **16,44%**, em relação ao ano de 2016.

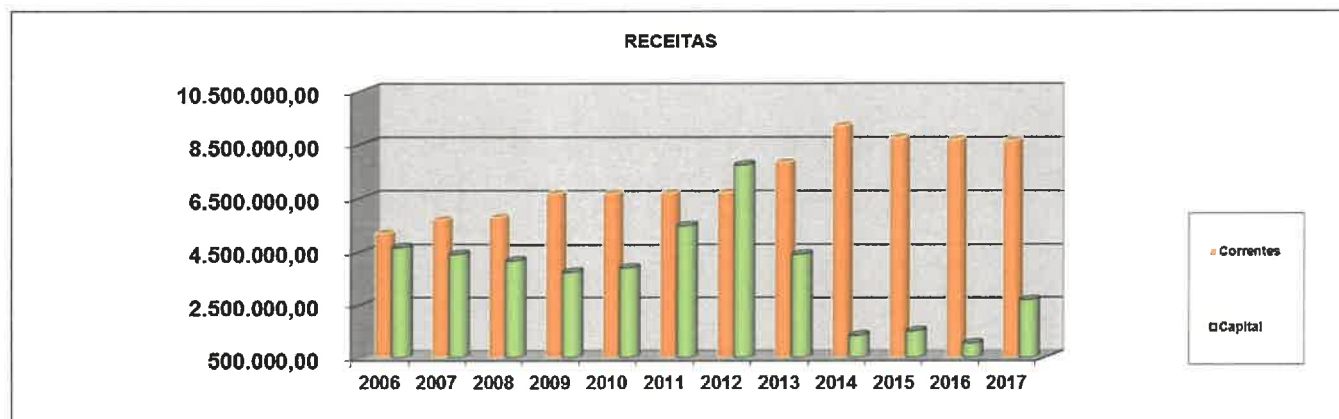


Gráfico 3 – Evolução das Receitas



As receitas totais resultam no essencial do somatório de:

1. Receitas das transferências do Orçamento Geral do Estado, tais como: Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS.

2. Outro tipo de receitas arrecadadas no Concelho, tais como as cobradas por terceiros para o Município, que damos como exemplo: Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.), Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis (I.M.T.), Imposto Único de Circulação (I.U.C) etc.

3. Transferências de fundos comunitários, na sua maioria transferências de capital.

Dado que a principal fonte de receita do Município são as **Transferências do Orçamento Geral de Estado (OE)**, também será importante fazer a análise comparativa dos últimos anos. Da leitura do quadro seguinte podemos constatar que em relação ao ano de 2016, houve um **aumento de 2,88%**.

Espelha-se então a seguir a evolução dos últimos anos, no que concerne às transferências do OE:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Correntes	3.387.400,00 €	3.481.206,00 €	3.649.471,00 €	3.834.798,00 €	3.876.715,00 €	3.677.628,00 €	3.499.194,00 €	4.587.086,00 €	4.990.470,00 €	5.279.555,00 €	5.344.637,00 €	5.496.083,00 €
Capital	2.258.266,00 €	2.164.464,00 €	2.278.478,00 €	2.389.548,00 €	2.411.434,00 €	2.296.112,00 €	2.175.776,00 €	1.087.888,00 €	528.100,00 €	551.571,00 €	558.052,00 €	576.451,00 €
Total	5.645.666,00 €	5.645.666,00 €	5.927.949,00 €	6.224.346,00 €	6.288.149,00 €	5.973.738,00 €	5.674.970,00 €	5.674.974,00 €	5.518.570,00 €	5.831.126,00 €	5.902.689,00 €	6.072.534,00 €
	0,00%	0,00%	4,99%	5,00%	1,03%	-5,00%	-5,00%	0,00%	-2,76%	5,66%	1,22%	2,88%

Quadro 5 – Fundos Municipais (FGM – Fundo Geral Municipal, FBM – Fundo de Base Municipal, FCM – Fundo de Coesão Municipal (designações em vigor até 2007), FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM – Fundo Social Municipal e IRS – Participação Fixa no IRS (designações em vigor)).

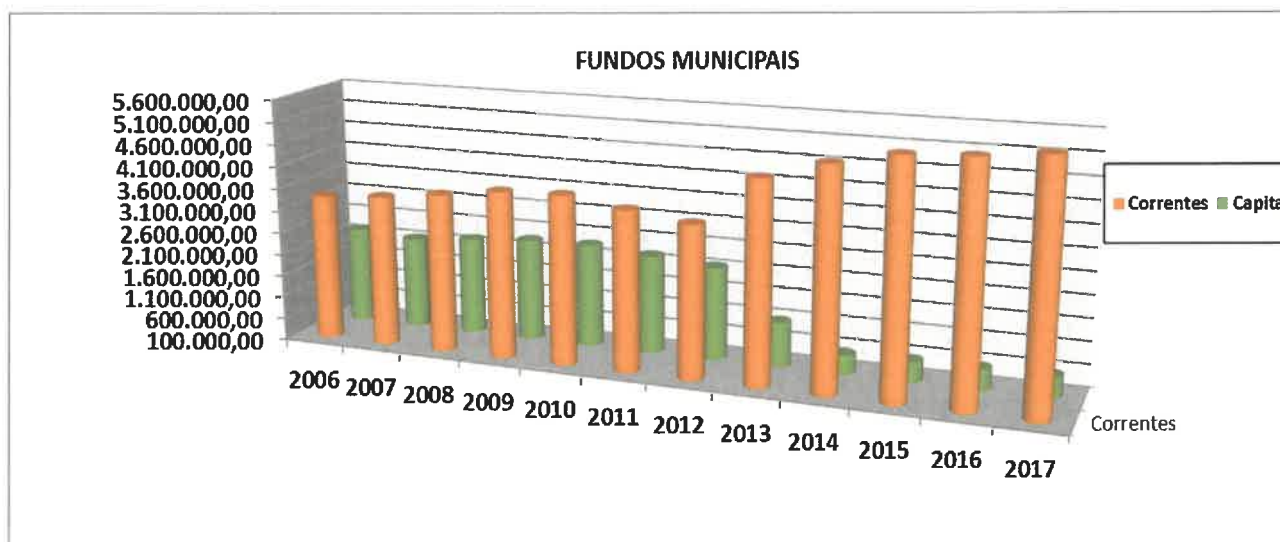


Gráfico 4 – Fundos Municipais (FGM – Fundo Geral Municipal, FBM – Fundo de Base Municipal, FCM – Fundo de Coesão Municipal (designações em vigor até 2007), FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM – Fundo Social Municipal e IRS – Participação Fixa no IRS (designações em vigor)).

2.3.2 – DESPESAS

Classificação	Designação	Dot. Inic.	Dot. Corrig.	Alterações (+/-)	Desp. Paga	% Exec.
01	Despesas com o pessoal	3.137.303,00	3.079.313,00	-57.990,00	2.968.531,12	96,40
02	Aquisição de Bens e serviços	4.057.850,00	4.022.450,00	-35.400,00	3.069.619,42	76,31
03	Juros e Outros encargos	16.100,00	16.100,00	0,00	6.341,71	39,39
04	Transferência Correntes	1.431.100,00	1.524.390,00	93.290,00	1.221.954,20	80,16
06	Outras Despesas Correntes	49.000,00	49.100,00	100,00	18.305,79	37,28
Total Despesas Correntes		8.691.353,00	8.691.353,00	0,00	7.284.752,24	83,82
07	Aquisição de Bens de Capital	3.066.120,00	4.116.258,35	1.050.138,35	1.556.027,06	37,80
08	Transferência de Capital	420.500,00	552.173,84	131.673,84	320.525,90	58,05
09	Activos Financeiros	68.300,00	68.300,00	0,00	68.288,00	99,98
10	Passivos Financeiros	220.000,00	220.000,00	0,00	209.149,64	95,07
Total Despesas Capital		3.774.920,00	4.956.732,19	1.181.812,19	2.153.990,60	43,46
Total Geral		12.466.273,00	13.648.085,19	1.181.812,19	9.438.742,84	69,16

Quadro 6 – Execução Orçamental das Despesas

Da leitura do quadro, constata-se que o total das despesas pagas foi de **9.438.742,84€**.

No que concerne às despesas correntes, atingiram um valor total de **7.284.752,24€**. Refira-se ainda, que o total destes pagamentos face às dotações corrigidas obteve uma percentagem de **69,16%**. Verifica-se assim, uma execução inferior de **20,51%**, em relação ao ano de 2016 (**89,67%**). Em relação às despesas de



capital num total de **2.153.990,60€**, a percentagem de execução face às dotações corrigidas é de **43,46%**, tendo-se verificado uma diminuição de **5,12%**, em relação ao ano anterior (**48,58%**).

Salienta-se que durante o ano em análise, foram pagos de serviço da dívida **211.354,96€**, sendo **2.205,32€**, de juros e **209.149,64€** para amortização de empréstimos.

Sobre a execução orçamental, entende-se ser importante realizar também uma análise comparativa dos últimos 12 anos.

Do quadro seguinte pode igualmente constatar-se que em relação à previsão da despesa para o ano de 2017, atingiu-se uma taxa de execução orçamental de **75,71%**.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Previsão	17.793.289,98 €	14.997.104,34 €	17.816.602,74 €	19.704.879,86 €	19.930.364,48 €	23.911.404,28 €	24.707.560,00 €	18.675.250,00 €	12.362.450,00 €	12.613.000,00 €	10.376.405,00 €	12.466.273,00 €
*	-6,03%	-15,71%	18,80%	10,60%	1,27%	19,97%	3,33%	-24,41%	-33,80%	2,03%	-17,73%	20,14%
Execução	9.712.829,61 €	9.937.484,54 €	9.911.912,28 €	10.222.876,98 €	10.529.888,94 €	12.040.804,99 €	14.392.178,81 €	12.203.909,02 €	10.366.530,98 €	10.073.646,40 €	8.538.140,24 €	9.438.742,84 €
*	10,33%	2,31%	-0,26%	3,14%	3,00%	14,35%	19,53%	-15,20%	-15,06%	-2,83%	-15,24%	10,55%
Desvio	8.080.460,37 €	5.059.619,80 €	7.904.690,46 €	9.482.002,88 €	9.400.475,54 €	11.870.599,29 €	10.315.371,19 €	6.471.340,98 €	1.995.919,02 €	2.539.353,60 €	1.838.264,76 €	3.027.530,16 €
*	-20,25%	-37,38%	56,23%	19,95%	-0,86%	26,28%	-13,10%	-37,27%	-69,16%	27,23%	-27,61%	64,70%
Taxa de execução em relação à previsão anual	54,59%	66,26%	55,63%	51,88%	52,83%	50,36%	58,25%	65,35%	83,85%	79,87%	82,28%	75,71%

* % em relação ao ano anterior

Quadro 7 – Evolução da Despesa

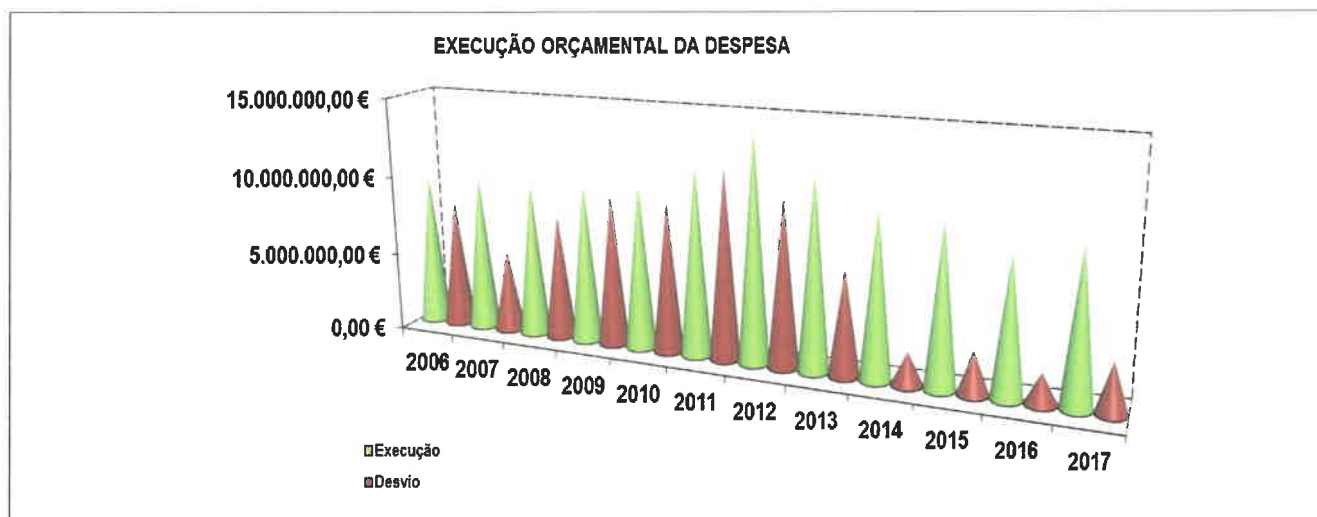


Gráfico 5 – Execução Orçamental da Despesa

Evolução da execução da despesa nos últimos doze anos, ao nível de correntes e de capital.

DESPESA	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
CORRENTE	5.059.128,32 €	5.894.583,20 €	6.202.566,88 €	7.181.941,54 €	6.663.577,59 €	6.664.383,60 €	8.107.705,56 €	7.077.387,52 €	8.144.730,60 €	7.626.540,25 €	7.445.571,61 €	7.284.752,24 €
CAPITAL	4.653.701,29 €	4.042.901,34 €	3.709.345,40 €	3.040.935,44 €	3.876.311,35 €	5.376.421,39 €	6.284.473,25 €	5.126.521,50 €	2.221.800,38 €	2.447.106,15 €	1.092.568,63 €	2.153.990,60 €
TOTAL	9.712.829,61 €	9.937.484,54 €	9.911.912,28 €	10.222.876,98 €	10.529.888,94 €	12.040.804,99 €	14.394.190,81 €	12.203.909,02 €	10.366.530,98 €	10.073.646,40 €	8.538.140,24 €	9.438.742,84 €

Quadro 8 – Despesas Correntes e Capital

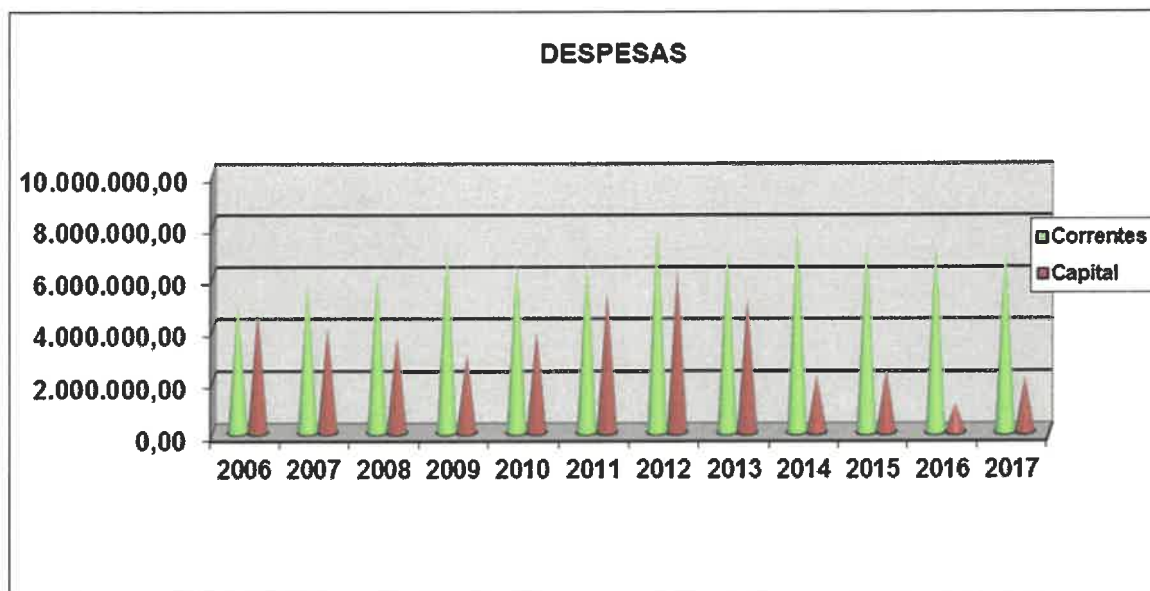


Gráfico 6 - Despesa Corrente e Capital

2.3.2.1 – PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO E EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Apresenta-se de seguida no quadro infra a evolução do **cumprimento do princípio do equilíbrio**, no que se refere à execução orçamental, conforme obriga a alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL (as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes).

Refira-se ainda que este executivo, durante o ano de 2017, direccionou todos os esforços no sentido de cumprir o referido princípio, conforme se pode constatar no quadro seguinte:

Princípio do Equilíbrio													
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Receita Corrente	5.018.895,76	5.102.366,68	5.572.139,44	5.773.590,71	6.655.587,92	6.655.937,69	6.679.059,99	6.695.144,27	7.820.678,22	9.192.109,86	8.745.879,96	8.677.500,14	8.641.949,84
Despesa Corrente	4.449.850,60	5.059.128,32	5.894.583,20	6.202.566,88	7.181.941,54	6.653.577,59	6.664.383,60	8.107.705,56	7.077.387,52	8.144.730,60	7.626.540,25	7.445.571,61	7.284.752,24
Diferença	569.045,16	43.238,36	-322.443,76	-428.976,17	-526.353,62	2.360,10	14.676,39	-1.412.561,29	743.290,70	1.047.379,26	1.119.339,71	1.231.928,53	1.357.197,60

Quadro 9 - Princípio do Equilíbrio – Execução Orçamental



No que concerne ao Equilíbrio Orçamental nos termos do nº 2 do artigo 40º, conjugado com o artigo 83º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro (RFALEI), apresentamos um quadro elucidativo do cumprimento do referido equilíbrio que se traduz no seguinte:

MAPA DOS EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS - 31-12-2017				
Entidade Financeira	Finalidade do empréstimo	Capital em Dívida em 01 de jan. de 2014	Nº anos remanescentes	Amortizações médias
BES	Requalificação da Rede Viária	111.406,56 €	7	15.915,22 €
BES	Req. Urb. Parque de Santa Barbara	50.748,25 €	7	7.249,75 €
BES	E.M Seixas - Numão	38.243,98 €	7	5.463,43 €
BES	Centro Cultural/Biblioteca/Museu-2ª fase	373.763,23 €	8	46.720,40 €
CGD	Financiamento de obras Financiadas	184.875,32 €	2	92.437,66 €
CCAM	Centro Escolar de V.N. Foz Côa e Freixo de Numão(JI/1 CEB) - Arrelvamento do Estádio Municipal.	815.365,12 €	10	81.536,51 €
ESTADO	Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado - IGTC	162.572,00 €	5	32.514,40 €
TOTAL				281.837,37 €
EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL - EXECUÇÃO (artigos 40º e 83º da RFALEI)				
Descrição		Dados do Exercício de 2017		
		Valor		
A - Receitas correntes cobradas brutas		8.641.949,84 €		
B - Despesas correntes pagas		7.284.752,24 €		
C - Saldo corrente (A-B)		1.357.197,60 €		
D - Amortização média dos EMLP		281.837,37 €		
E - Diferença Anual (C-D)		1.075.360,23 €		
Controlo do cumprimento da regra do equilíbrio		Cumprimento		

Quadro 10 - Equilíbrio Orçamental

A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, sendo que se entende por “amortizações médias de empréstimos” o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da Lei que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (1 de Janeiro de 2014), pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato. Portanto, a poupança corrente (receita corrente + amortizações de empréstimos => despesas de capital), tem que “acomodar” um valor equivalente às amortizações médias dos empréstimos existentes.



2.3.2.2 – LIMITE DA DÍVIDA TOTAL

O artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 de setembro (RFALEI), estabelece um limite da dívida total que cada Município terá que cumprir, sob pena de ver reduzido no exercício subsequente, de pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido. Apresenta-se de seguida a posição deste Município, a 31-12-2017.

Todos

	Limite da dívida total artigo 52.º da Lei n.º 73/2013	Divida Total (01-01-2017)						Divida Total (31-12-2017)						Variação da divida de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Variaçã o do excesso de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Utilização da margem disponível de 1 de Jan a 31 de Dez					
		Total da divida a terceiros incluindo dividas não orçamentais e FAM	Dívida total	Dividas não orçamentais e exceções Lei n.º73/2013 e OE/2017	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dividas não orçamentais, exceções previstas Lei 73/2013, OE/2017 e FAM	Monta nte em excess o	Margem absoluta	Margem Utilizável	Total da divida a terceiros incluindo dividas não orçamentais e FAM	SEL + entidades participada e	Divida total	Dividas não orçamentais e exceções Lei n.º73/2013 e OE/2017				Conta 268126 (FAM)	Excluindo dividas não orçamentais, exceções previstas Lei 73/2013, OE/2017 e FAM	Montante em excess o	Margem	
Município	(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)	(7)=(4)-(5)-(6)	(8)=(7)-(1), se (1), se (7) > (1)	(9)=(8)-(9) = 20%	(10)=(9)-(10) = 20%	(11)	(12)	(13)=(11)+(12)	(14)	(15)	(16)=(13)-(14)-(15)	(17)=(16)-(17), se (16) < (17) ou se (16) > (17)	(18)=(17)-(18), se (17) < (18) ou se (17) > (18)	(19)=(18)-(19), se (18) < (19) ou se (18) > (19)	(20)=(19)-(20), se (19) < (20) ou se (19) > (20)	(21)=(20)-(21), se (20) < (21) ou se (20) > (21)
V. N. DE FOZ COA	13.307.744,98	1.929.453,35	188.175,82	2.117.629,17	225.587,48	341.440,61	1.550.601,08	11.757.143,90	2.351.428,78	1.409.374,38	174.291,55	1.583.665,93	47.233,82	273.152,61	1.263.279,50	12.044.465,48	12.044.465,48	-0,19		2.638.750,36	

Quadro 11 – Limite da Dívida Total



Importa referir que para este mapa foi contabilizada toda a dívida de terceiros, incluindo a conta 22.8 – faturas em receção e conferência, que entraram nos nossos serviços financeiros em 2018, tendo data de 2017. Cumprido o 1º pressuposto, com uma margem confortável de 2.638.750,36 €, dados estes retirados no portal da Direção-Geral das Autarquias Locais, verificamos que também o Município se enquadra no 2º pressuposto, uma vez que detinha uma margem utilizável de 20%, no valor de 2.351.428,78€, conforme leitura do quadro supra.

2.3.2.3 – DESPESAS COM O PESSOAL

Apresenta-se de seguida a variação de toda a despesa realizada com o pessoal que inclui todos os encargos do Município com os seus trabalhadores, nomeadamente comparticipação na saúde, contribuições para a segurança social entre outros, com referência aos anos de 2016 a 2017.

64	CUSTOS COM O PESSOAL	2016	2017	Variação
64.1.1	Remuneração dos eleitos	88.330,92	90.453,00	2,40%
64.2	Remunerações do pessoal	2.132.687,91	2.179.844,35	2,21%
64.5	Encargos sobre remunerações	492.245,73	499.941,48	1,56%
64.6	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00%
64.8	Outros custos com pessoal	174.290,48	159.544,12	-8,46%
64.9	Pessoal aguardar aposentação/Indemnizações	660,34	3.754,56	468,58%
	Total de custos com pessoal	2.888.215,38	2.933.537,51	1,57%

Quadro 12 – Despesas com Pessoal (2016 e 2017)

Denota-se na análise do quadro supra, um aumento de 1,57%, nos custos totais com o pessoal, em comparação com o ano anterior.

2.3.3 – RÁCIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA E DESPESA

Rácios de estrutura da receita	
Receitas próprias/ receita total	20%
Receita cobrada localmente/Rec Total	12%
Impostos directos/Receita total	8%
Transferencias da administração/Rec Total	69%

Quadro 13 – Rácios de Estrutura da Receita



Rácios de estrutura da despesa	
Receita total/despesa total	1,20
Receita corrente /Despesa corrente	119%
Desp Pessoal / Despesa total	31%
Desp Pessoal / Fundos MuniCorrentes	54%
Aquis bens e Serv / Despesa Total	33%
Aquis bens e Serv / Fundos Munic Corre	56%
Serviço Dívida / Despesa total	2%
Receita de capital/ Despesa de capital	69%
Receitas próprias/Despesa total	24%
Transfer da Ad central/Despesa Total	83%
Rec Local/Despesa total	15%

Quadro 14 – Rácios de Estrutura da Despesa

**2.3.4 – ANÁLISE AOS FLUXOS DE CAIXA****RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA**

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

MUNICIPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

ANO 2017

PAG. 1

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		1.407.399,57	Despesas orçamentais		9.439.742,84
Execução orçamental	1.181.812,19		Correntes	7.284.752,24	
Operações de tesouraria ...	225.587,38		Capital	2.153.990,60	
Receitas orçamentais		10.136.269,48	Operações de tesouraria		592.589,90
Correntes	9.641.949,84		Saldo para a gerência seguinte ...		2.138.530,54
Capital	1.490.319,64		Execução orçamental	1.879.338,83	
Outras	4.000,00		Operações de tesouraria	259.191,71	
Operações de tesouraria		626.194,23	Total		12.169.663,29
Total		12.169.663,28			

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____

Quadro 15 – Resumo dos Fluxos de Caixa

No que se refere aos **movimentos de operações de tesouraria**, podemos referir que durante o ano em apreço, o Município transitou com um saldo da gerência anterior de 225.587,38€. Deu entrada em operações tesouraria durante o ano de 2017, a importância de 626.194,23€ e saída de 592.589,90€, ficando com um saldo de 259.191.71€, para a gerência seguinte.



2.3.5 – OPERAÇÕES DE TESOURARIA

ENTIDADE		OPERAÇÕES DE TESOURARIA						DATA	ANO	FOLHA
M.U.N.FOZ COA		Período: 2017/01/01 a 2017/12/31						2018/02/27	2017	1
COD. CONTA	TERCEIRO	DESTINAÇÃO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEQUINTE			
			DEVEDOR	CREDOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR		
22		CLIENTES/CONTRIBUÍNTES/UTENTES		6.073,12				6.073,12		
22.7		CLIENTES E UTENTES C/CAUÇÕES		6.073,12				6.073,12		
22.7.2		CAUÇÕES DE LICENCIAMENTO SANITÁRIO		676,58				676,58		
22.7.2.03		CAUÇÕES DE LICENCIAMENTO SANITÁRIO - S/ TERCEIROS		676,58				676,58		
22.7.3		CAUÇÕES DE CONCESSÃO		840,00				840,00		
22.7.4		CAUÇÕES DE ÁGUA		4.556,59				4.556,59		
24		ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	38.412,97		591.359,36	591.359,45	38.439,36			
24.2		Retenção de impostos sobre rendimentos	17.349,97		227.335,38	226.365,27	17.428,31			
24.2.1		Trabalho dependente	17.349,97		218.666,00	218.347,00	16.460,00			
24.2.2		Trabalho independente		894,07	8.669,38	8.018,38	828,32			
24.2.4		Prediais			1.327,59	1.448,28	120,69			
24.2.4.1		IRS-PREDIAIS			1.327,59	1.448,28	120,69			
24.2.5		IRS-PENSOES			2.420,00	2.420,00				
24.4		Restantes impostos	94,47		1.351,79	1.357,89	30,45			
24.4.4		TAXA PELA EMISSÃO DE CERTIFICADO DE REGISTO	96,55		447,16	417,32	7,31			
24.4.5		IME-INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES, I.P			504,50	504,58				
24.4.6		AMA-AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P		7,90	40,13	35,38	6,17			
24.5		Contribuições para a Segurança Social	17.490,56		500.872,14	510.546,38	17.164,60			
24.5.1		ARSE			69.835,24	69.835,24				
24.5.1.1		ARSE-DESCONTOS DO PESSOAL			69.835,24	69.835,24				
24.5.2		CADENA GERAL DE APOSENTAÇÕES	11.688,50		151.352,25	151.846,79	11.325,60			
24.5.2.1		CGA-DESCONTOS DO PESSOAL	11.688,50		151.352,25	151.846,79	11.325,60			
24.5.3		SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	5.857,54		79.684,61	79.684,35	5.836,73			
24.5.3.1		IGFES-DESCONTOS DO PESSOAL	5.857,54		79.684,61	79.684,35	5.836,73			
24.9		Outras tributações	94,77		1.491,00	1.491,00	104,77			
24.9.1		Multas e coimas			80,00	40,00	20,00			
24.9.9		Outras	94,77		1.411,00	1.451,00	84,77			
24.9.9.5		PREPAROS	94,77				94,77			
24.9.9.9		DIREÇÃO GERAL DE CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS			1.411,00	1.411,00				
26		OUTROS DEVEDORES E CREDITORES	289.301,99		61.319,94	55.943,70	218.425,23			
26.1		Fornecedores de imobilizado	178.835,70		7.848,72	50.734,25	218.425,23			
26.1.5		FORNEDORES DE IMOBILIZADO COM CAUÇÃO	178.835,70		7.848,72	50.734,25	218.425,23			
26.1.5.3		Fornecedores de imobilizado em dinheiro:	178.835,70		7.848,72	50.734,25	218.425,23			
	38	EDUARDO ANTONIO SOUSA LOPES		5,56			5,56			
	39	CRUZAS E MORRÃO, S.A		3.327,55			3.327,55			
	40	JOSE DO NASCIMENTO RAMOS		1.863,37			1.863,37			
	41	ERECTOR & DINIS, LDA		9.974,91		1.863,04	10.037,95			
	42	L.C.B. SOCIEDADE DE PROJETOS E INFRAESTRUTURAS		5.000,00			5.000,00			
	141	ELECTRICAS DE TELECOMUNICAÇÕES,								
	143	GUARDIM ANCIENS AMADO & FILIOS Lda		11.465,45		1.157,42	13.682,57			
	420	JOAO VEIGA - CONSTRUÇÕES LDA.		12.336,52		5.552,39	21.886,51			
	1302	FRANCISCO SANTOS CELEIRO		744,75			744,75			
	1303	CONSEQUI - Construções, S.A.		361,31			361,31			
	1313	ALFREDO AUGUSTO BERNARDO		1.055,86			1.055,86			
	1354	EDUARDO LOPES CONSTRUÇÕES, LDA.		6.944,25			6.944,25			
	1504	HORTO PROGRESSO DE MEIA, LDA		1.004,06			1.004,06			
	1597	ANTONIO ALVES PAIVA, SOCIEDADE CONSTRUÇÕES LDA.		5.215,15	2.447,57	424,15	3.191,65			
	1598	A. R. L. ANTONIO RODRIGUES LEAC - CONSTRUÇÕES, S. A		7.127,18			7.127,18			
	1623	ANTONIO SARATTA & FILIOS, LDA.		14.151,54			14.151,54			
	1944	CONSTRUÇÕES VIEIRA & FILIOS, LDA		5.107,01			5.107,01			
	2014	MANUEL VIEIRA & IRMÃOS, LDA		1.547,11	384,70		1.542,41			
	2053	EQUIPAM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.		11.825,50	4.121,33		6.704,15			
	2054	BIOSFERA CONSTRUÇÕES UNIPessoal, LDA.		12.103,55			12.103,55			
	2123	LEONEL FILIPE RAMOS FORNECA		766,65			766,65			
	2207	OUTILHASA II - CONSTRUÇÕES LDA		866,05			866,05			
	2217	SAMUEL AUGUSTO, LDA		1.491,67	855,12		536,75			
	2220	ANTONIO PAULO SANTOS REIS		1.375,16			1.375,16			
	2251	ESCALA UNICA - CONSTRUÇÕES & IMOBILIARIA UNIPessoal		3.626,55			3.626,55			
		LDA.,								
A TRANSPORTAR ...				215.225,65	593.118,65	553.064,70	265.181,71			



ENTIDADE		OPERAÇÕES DE TESOURARIA				DATA	ANO	PAGINA
M.V.N.FOZ COA		Período: 2017/01/01 a 2017/12/31				2018/02/27	2017	2
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
			DEVEDOR	CREITOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREITOR
		TRANSPORTE ...		218.235,69	589.119,65	589.124,70		259.191,71
	2260	EDREIRAS- EDIFICIO DE OBRAS PÚBLICAS DAS BEIRAS, LDA		39.649,90		39.491,88		70.141,87
	2293	MARIA DO CEU CARREIRO		174,68				174,68
	2296	ELECTRODAM, LDA		735,04				735,04
	2500	ANA FINA SANTOS UNIPessoal, LDA		9.055,90		7.247,95		10.905,15
	2511	LUSOCOL - SOCIEDADE LUSA DE CONSTRUÇÕES, LDA		5.424,16				5.424,16
	2554	MANUTIMAO & PIRES, LDA		2.164,85				2.164,85
	2695	EUNOTENIS-EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS, LDA		750,75				750,75
26.9		Sindicatos			2.042,95	2.042,95		
26.9.1		STAL			1.195,44	1.195,44		
26.9.6		SINDICATO TRABALHADORES FUNÇÃO PÚBLICA DO CENTRO			781,57	781,57		
26.9.7		STAE COMA CENTRO			115,92	115,92		
26.9		Devedores e credores diversos	10.961,69	51.425,69	41.967,20	41.967,20		
26.9.5		DEVEDORES E CREDITORES DE OPERAÇÕES MAG ORÇAMENTAIS			41.967,20	41.967,20		
26.9.5.9		OUTROS			41.967,20	41.967,20		
26.9.5.9.2		ITEM			105,71	105,71		
26.9.5.9.5		CENTRO DE APOIO SOCIAL			25.750,36	25.750,36		
26.9.5.9.6		COSTE DE PREY. FUNCIONARIOS E AGENÇAS DO ESTADO			121,60	121,60		
26.9.5.9.7		CAS - COMUNITIVEL			7.651,10	7.651,10		
26.9.5.9.9		OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA			7.658,25	7.658,25		
26.9.5.9.9.9		DESCONTO SOBRE VENCIMENTO - PENSÃO DE ALIMENTOS			9.074,91	9.074,91		
26.9.5.9.9.6		PENSOA DE CRÉDITOS - TERCEIROS			4.469,62	4.469,62		
26.9.9		Credores Diversos	10.961,69	10.961,69				
26.9.9.9		OUTROS CREDITORES DIVERSOS	10.961,69	10.961,69				
26.9.9.9.2		C.N.E.F.P	9.214,17	9.214,17				
26.9.9.9.7		C.N.E.F.P	1.747,52	1.747,52				
		TOTAL ...		218.937,98	590.589,90	628.154,23		259.191,71

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

Quadro 16 – Operações de Tesouraria

Este mapa descreve toda a receita cobrada para terceiros, incluindo cauções de fornecedores de imobilizado e cauções de clientes e utentes.



3 – ANÁLISE PATRIMONIAL

3.1. – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS OCORRIDAS no ano de 2017			
Activo Imobilizado			
Bens de dominio publico	1 143 853,50		
Imobilizações corporeas	-1 083 417,16		
Imobilizado incorporeo	-6 237,32		
Investimento financeiro	-1 019 095,96		
			-964 896,94
Circulante			
Dividas de terceiros de curto prazo			-6 992,36
Depositos em instituições financeiras e caixa			
Caixa e Depositos à ordem	731 130,97		
	0,00	731 130,97	
Acrescimos e diferimentos	-24 207,16		-24 207,16
Variação patrimonial total do activo			-264 965,49
FUNDOS PROPRIOS			
Patrimonio Reservas e Resultados transitados	877 269,25		
Variação de Resultados	-118 166,48		759 102,77
PASSIVO			
Emprestimos bancarios de M/L prazo			-190 148,95
Dividas a terceiros de curto prazo			-220 172,34
Variação total do passivo			-410 321,29
Acrescimos e diferimentos			
Acresimos e diferimentos			-613 746,97
Variação patrimonial total dos fundos proprios e do Passivo			-264 965,49

Quadro 17 – Variações Patrimoniais



3.2 - EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Durante o ano de 2017, não foi contratado nenhum novo empréstimo bancário.

3.3- ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Através de um indicador de gestão financeira apropriado à análise do balanço e da demonstração de resultados, é possível fazer uma síntese em termos percentuais da situação Económico-Financeira do Município de 2007 a 2017.

Rácios de solvabilidade e autonom	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Autonomia financeira	96%	95%	94%	93%	90%	88%	85%	86%	84%	88%	75%
Cobertura do imobilizado	103%	100%	99%	99%	98%	97%	95%	94%	93%	96%	95%
Solvabilidade	2388%	1919%	1571%	1276%	946%	731%	561%	618%	512%	758%	218%

Quadro 18 – Rácios de Gestão Financeira

Em termos de situação patrimonial o rácio da Autonomia Financeira, indica-nos qual o peso que os fundos próprios têm no financiamento do Ativo. Em 31 de Dezembro de 2017, o Município financiava os Ativos de que dispunha com 96% de recursos próprios.

A sua dependência de capitais externos era reduzida (4%).

O rácio de Cobertura do Imobilizado representa 103% no ano de 2017.

Isto é, **todo o ativo imobilizado era financiado por capitais permanentes, e próprios, denotando um equilíbrio financeiro seguro.**

O rácio de Solvabilidade, indica-nos que o Município apresenta uma boa capacidade em solver os seus compromissos, verificando-se que em 2017, os Fundos Próprios cobrem as obrigações do Município em 2388%.

Nos primeiros anos em análise, a capacidade do Município em fazer face aos seus compromissos, não sofreu grandes variações. No ano de 2008, esta capacidade alterou-se devido ao facto de se ter iniciado o arrolamento e inventariação dos bens patrimoniais, e respetiva valorização, pelo que com a redução do nível de endividamento bancário, bem como de fornecedores, a solvabilidade do município é expressiva.



Os rácios de liquidez abaixo, mais não fazem do que confirmarem o que relatamos.

Rácios de Liquidez	
Liquidez geral	211,1%
Liquidez reduzida	211,1%
Liquidez imediata	194%

O comportamento ao nível do desempenho económico foi o seguinte:

Rácios económicos	
Variação nos custos	3%
Variação nos proveitos	1,6%
Variação nos resultados operacionais	19%
Variação nos Proveitos próprios	-3%

Quadro 19 – Resumo dos Rácios

Apesar da variação nos proveitos ter sido menor que a dos custos, houve ganhos ao nível operacional.

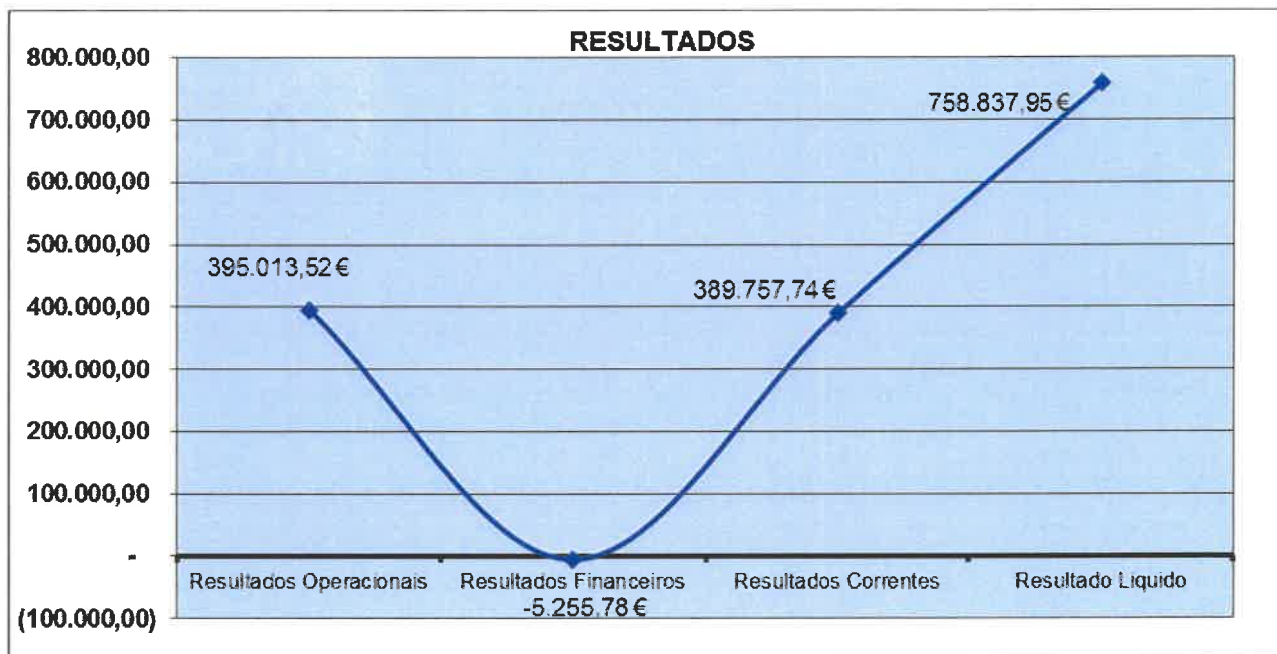


Gráfico 7 - Estrutura de Resultados



Da leitura do gráfico 7 - Estrutura de Resultados, podemos referir que os resultados operacionais têm um valor de 395.013,52€, tendo-se verificado um aumento do saldo positivo em relação ao ano de 2016 (332.138,55 €).

Em relação aos resultados financeiros, apresenta um saldo negativo de 5.255,78€, inferior ao ano de 2016 (-12.438,27€). Este facto verifica-se devido aos juros de depósitos à ordem, aos rendimentos de imóveis e outros edifícios, registarem valores pouco significativos e insuficientes, para cobrirem os custos financeiros, que se devem fundamentalmente a juros suportados com os empréstimos contraídos, com a dívida à AMDS. É de salientar que o esforço em custos financeiros tem vindo a diminuir, devido á baixa das taxas de juro, **mas também ao esforço de redução do endividamento.**

Quanto ao resultado líquido, importa relatar que se verifica uma pequena descida, que se deve sobretudo às transferências de subsídios ao investimento recebidos terem diminuído significativamente, pelo que no ano anterior obteve-se um Resultado Líquido positivo de 877.004,43€, e no ano em análise obteve-se um resultado positivo de 758.837,95€.

De verificar ainda que, o esforço deste executivo para a redução de custos, superou a natural redução de proveitos.

3.4 - PROPOSTA PARA A APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO ANO DE 2016

O resultado líquido do Município neste exercício ascende a 758.837,95€.

Nos termos dos pontos 2.7.3.2, 2.7.3.3, 2.7.3.4 e 2.7.3.5 do POCAL, propõe-se a aplicação do resultado líquido que consta da conta 88 do ano 2017 da seguinte forma:

- a) 5%, do resultado líquido do exercício para as Reservas Legais – Conta 571;
- b) 95%, para reforço da conta 51 – Património;

Ficando assim descriminada a aplicação dos Resultados Líquidos do ano 2017:



☞ Conta 571 – Reservas Legais: 37.941,90 €;

☞ Conta 51 – Património: 720.896,05 €;

Descrição	Euros
Resultados Legais	37.941,90 €
Patrimonio	720.896,05 €
Total	758.837,95 €

Período subsequente:

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações relevantes, que existissem à data de balanço, e que obrigassem a efetuar ajustamentos nas presentes demonstrações financeiras.

CONCLUSÃO

Estou convicto que:

- O Relatório de Gestão proporciona uma visão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício de 2017, espelhando a utilização dos meios afetos à persecução das atividades da Autarquia;

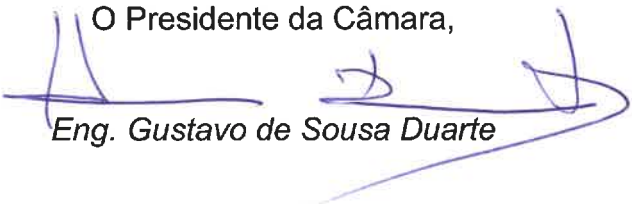
- Após a análise da presente Prestação de Contas, conclui-se que a utilização e o acompanhamento das verbas, decorreu de forma positiva e conforme os trâmites legais;

- Assim apresentada, a Conta de Gerência permite uma análise pormenorizada da atividade Municipal, explicando a situação económica relativa ao exercício em questão.

Os números estão corretos e a mesma deverá merecer a vossa aprovação.

Vila Nova de Foz Côa, 13 de abril de 2018

O Presidente da Câmara,


Eng. Gustavo de Sousa Duarte



4 – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

**4.1- BALANÇO****BALANÇO**

ENTIDADE: M.V.N.FOZ COA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

2017/01/01 a 2017/12/31

ANO 2017

PÁG. 1

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	EXERCÍCIO			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	320.189,72		320.189,72	320.189,72
452	Edifícios	42.563,99	2.199,83	40.364,16	21.556,47
453	Outras construções e infra-estruturas	7.227.682,80	2.690.835,10	4.536.847,70	3.511.628,96
455	Bens de património histórico, artístico e cultural	140.970,26	10.773,62	130.196,64	77.490,26
459	Outros bens de domínio público	74.536,90	1.624,85	72.912,05	25.791,56
445	Imobilizações em curso	170.759,61		170.759,61	170.759,61
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		7.976.703,28	2.705.433,40	5.271.269,88	4.127.416,38
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	74.727,97	72.727,97	2.000,00	
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	105.675,45	23.197,68	82.477,77	90.715,09
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		180.403,42	95.925,65	84.477,77	90.715,09
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	1.451.849,17		1.451.849,17	1.454.349,17
422	Edifícios e outras construções	42.589.194,51	10.386.082,49	32.203.112,02	34.077.479,32
423	Equipamento básico	521.866,62	448.844,54	73.022,08	121.794,18
424	Equipamento de transporte	1.348.259,33	1.315.165,30	33.094,03	273.601,22
425	Ferramentas e utensílios	69.563,51	55.806,53	13.756,98	16.070,86
426	Equipamento administrativo	999.962,12	822.331,42	177.630,70	67.289,91
427	Veículos e viaturas				
429	Outras imobilizações corpóreas	609.382,82	409.085,39	200.297,43	220.045,77
442	Imobilizações em curso	4.735.884,98		4.735.884,98	3.629.254,12
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
		52.425.983,06	11.439.315,67	38.986.667,39	40.070.084,55
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1.517.970,30		1.517.970,30	1.517.970,30
412	Obrigações e títulos de participação	2.215.941,82		2.215.941,82	3.418.979,16
414	Investimentos em imóveis	183.937,38		183.937,38	
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		3.917.849,50		3.917.849,50	4.936.945,46
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e rejeitos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				



BALANÇO

ANO 2017

ENTIDADE N.º V.N.FOZ COA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

2017/01/01 a 2017/12/31

PAG. 2

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c	2.923,69		2.923,69	2.920,00
212	Contribuintes c/c				7.576,54
213	Utentes c/c	52.016,59		52.016,59	50.494,33
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	23.187,65	23.187,65		
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
3619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	64.408,33		64.408,33	58.498,40
264	Administração autárquica				
262+263+265+268	Outros devedores	6.223,53		6.223,53	13.075,23
		148.759,79	23.187,65	125.572,14	132.564,50
	Títulos negociáveis:				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
16	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	2.137.820,07		2.137.820,07	1.405.095,75
11	Caixa	710,47		710,47	2.303,82
		2.138.530,54		2.138.530,54	1.407.399,57
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	15.016,41		35.016,41	55.145,73
272	Custos diferidos	23.691,63		23.691,63	27.769,47
		58.708,04		58.708,04	82.915,20
	Total de amortizações		16.240.574,72		
	Total de provisões		20.187,65		
	Total do activo	65.845.837,60	16.260.862,37	50.583.075,26	50.848.040,75



BALANÇO

ANO 2017

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

2017/01/01 a 2017/12/31

PAG. 3

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
51	Fundos próprios:		
55	Património	30.442.287,39	29.862.003,49
56	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
571	Reservas:		
571	Reservas legais	1.634.105,82	1.610.255,60
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
59	Resultados transitados	264,82	-252.870,31
68	Resultado líquido em exercício	738.837,95	877.004,43
		32.835.495,98	32.096.391,21
292	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	214.791,00	
292	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos		
		214.791,00	
2312	Empréstimos a M/L Prazo	666.953,52	849.956,86
222	Fornecedores de Factoring		
		666.953,52	849.956,86
2617	Fornecedores Imobilizado - contratos futuros		
26887+268	Credores diversos - contratos futuros	71.870,03	293.806,58
		71.870,03	293.806,58
2311	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
269	Empréstimos de curto prazo	162.955,17	209.101,47
221	Adiantamentos por conta de vendas		
228	Fornecedores c/c		61.962,12
252	Fornecedores - facturas em recepção e conferência	72.134,63	68.106,50
219	Credores pela execução do orçamento		
2611	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c		140.000,00
26	Estado e outros entes públicos	34.693,36	35.612,87
264	Administração autárquica		
262+263+267+268	Outros credores	51.216,00	80.932,44
222+2612+262	Garantias e Cauções	224.498,35	189.974,51
		565.517,52	785.689,91
173	Arrêscimos e diferimentos:		
173	Arrêscimos de custos	514.100,68	588.901,38



BALANÇO

ENTIDADE N.V.N.FOZ COA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

2017/01/01 a 2017/12/31

ANO 2017

PAG. 4

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
274	Proveitos diferidos	15.694.146,54	16.233.292,81
		16.208.447,22	16.822.194,19
	Total do passivo	17.727.573,28	18.751.647,54
	Total dos fundos próprios e do passivo	50.583.075,26	50.648.040,75

ORÇÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ORÇÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____

Quadro 20 – Balanço

**4.2. – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS****DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA -

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

2017/01/01 a 2017/12/31

ANO 2017

PÁG. 1

Código de Contas		Exercício			
		N		N - 1	
61	Custos e perdas				
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	497.021,72		470.842,00	
	Matérias		497.021,72		470.842,00
62	Fornecimentos e serviços externos:		2.937.653,82		2.943.938,08
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	2.270.397,35		2.221.018,83	
643 a 648	Encargos sociais	663.240,16	2.939.537,51	667.196,55	2.888.215,38
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		684.782,82		709.571,00
66	Amortizações do exercício		1.440.459,47		1.401.275,77
67	Provisões do exercício		221.688,67		5.702,01
65	Outros custos operacionais		1.981,22		1.710,15
	(A)		8.717.085,23		8.421.253,39
68	Custos e perdas financeiros		5.678,63		12.438,27
	(C)		8.722.763,86		8.433.691,66
69	Custos e perdas extraordinários		379.376,38		398.748,75
	(E)		9.102.140,24		8.832.440,41
88	Resultado líquido do exercício.....		758.837,95		877.004,43
	(X)		9.860.978,19		9.709.444,84
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias				
7112+7113	Venda de produtos	309.947,30		275.675,51	
	(B)				
712	Prestações de serviços	981.968,50	1.291.915,80	999.219,06	1.274.894,67
	()		1.291.915,80		1.274.894,67
72	Impostos e taxas		930.814,77		846.557,88
741	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares				
74	Transferências e subsídios obtidos		6.889.368,48		6.612.339,39
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				
	(B)		9.112.098,75		8.753.391,94
78	Proveitos e ganhos financeiros		422,85		
	(D)		9.112.521,60		8.753.391,94
79	Proveitos extraordinários		748.456,59		956.052,90
	(F)		9.860.978,19		9.709.444,84
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		395.011,52		332.138,55
	Resultados Financeiros: (D - B) + (C - A)		-5.255,78		-12.438,27
	Resultados Correntes: (D - C)		339.757,74		319.700,28
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		758.837,95		877.004,43

Quadro 21 – Demonstrações de Resultados



5 – MAPAS RESUMO DA CONTABILIDADE ORÇAMENTAL





MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

FOZ COA

Relatório de Gestão 2017

ENTIDADE		M.V.N.FOZ COA		MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA		Período: 2017/01/01 a 2017/12/31		ANO 2017			
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA											
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	(1)	(2)	PREVISÕES CORRIGIDAS (3)	RECEITAS POR CERRAR NO INÍCIO DO ANO (4)	RECEITAS LIQUIDADAS (5)	LIQUIDAÇÕES ANULADAS (6)	RECEITAS COBRADAS BRUTAS (7)	REEMBOLÇOS/RESTITUIÇÕES PAGOS (8)	RECEITA CERRADA LIQUIDA (10 - 7-9)	RECEITAS POR CERRAR NO FINAL DO ANO DAS REC. (12)
0507	EMPRESAS E PARTICIPAÇÕES NAS INDÚSTRIAS DE MANUFATURA			2,00		386,77		386,77		386,77	12892,3
050702	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS			1,00							
050703	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS			1,00		386,77		386,77		386,77	38677,0
050799	EMPRESAS PRIVADAS			1,00							8,6
0510	RENDAS			130,443,00	175,00	10,985,00		11,160,00		11,160,00	
051001	RENDAS			1,00							
051003	RENDAS			1,00							
051005	RENDAS			1,00							
051006	RENDAS			130,443,00	175,00	10,985,00		11,160,00		11,160,00	8,6
051099	OUTRAS										
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			6,474,955,00		6,335,990,92		6,335,990,92		6,335,990,92	97,9
0601	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANÇEIRAS			4,00							
060101	EMPRESAS PÚBLICAS			3,00							
06010101	EMPRESAS PÚBLICAS			1,00							
06010102	EMPRESAS PÚBLICAS			1,00							
06010199	EMPRESAS PÚBLICAS			1,00							
060102	EMPRESAS PÚBLICAS			1,00							
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			6,465,302,00							
060301	ESTADO			6,282,723,00							
06030101	FEF - FUNDO EQUILIBRIO FINANCEIRO			5,188,024,00							
06030102	FSM - FUNDO SOCIAL MUNICIPAL			143,801,00		143,801,00		143,801,00		143,801,00	100,0
06030103	PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS			164,227,00		164,227,00		164,227,00		164,227,00	100,0
06030199	OUTRAS			787,840,00		814,834,18		814,834,18		814,834,18	103,5
060306	ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS			181,576,00		10,425,58		10,425,58		10,425,58	5,7
060307	CO-FINANÇIADOS POR ENTIDADES AUTÓNOMAS			1,00							
0606	SEGURANÇA SOCIAL			9,650,00							
060601	SISTEMA DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL			7,830,00							
060604	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			1,820,00							
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS			1,277,747,00	64,889,90	1,335,932,83	4,188,01	1,323,460,20		1,323,460,20	103,6
0701	CORRENTES			363,824,00	25,326,14	331,381,31	2,088,07	322,484,21		322,484,21	88,4
070101	MATERIAL DE ESCRITÓRIO			1,00							
070102	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO			1,00							
070103	REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS			1,00							
070104	REPRODUÇÃO DE IMPRESSOS			158,00		156,00		156,00		156,00	96,4
070105	REPRODUÇÃO DE ARTIGOS			1,00							
070106	REPRODUÇÃO DE BENS			183,00							
070108	MERCADORIAS			323,375,00	25,326,14	324,801,68	2,088,07	315,904,58		315,904,58	89,4
07010801	AGUM			353,374,00	25,326,14	324,801,68	2,088,07	315,904,58		315,904,58	89,4
07010802	CATROE			1,00							
070109	MATERIAS DE CONSUMO			1,00							
070111	PRODUTOS ACABADOS E INTERMEDIOS			9,603,00		6,443,63		6,443,63		6,443,63	67,1
0701101	AGUM			1,00							
0701102	AGUM			9,602,00		6,443,63		6,443,63		6,443,63	67,1
070199	OUTROS										
0702	SERVIÇOS			398,118,00	39,563,76	482,510,02	2,099,94	478,934,49		478,934,49	120,3

(3) (12 - 10 / 3 * 100)

(m) (12 - 10 / 3 * 100)

[Handwritten signatures and initials]



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA



Relatório de Gestão 2017

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ENTIDADE		M. V. N. F. OZ. COA		MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA		Período: 2017/01/01 a 2017/12/31		ANO 2017			
								PAG. 5			
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU EXEC. FINAN. DAS REC. (12)a
CÓDIGO	DESCRIÇÃO						EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10 = 7-9)	(11 = 4+5-6-7)	(12)a
100307	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITARIA EM PROJETOS	313.000,00		131.868,64		131.868,64			131.868,64		42.1
100308	CO-FINANCIADOS										
12	SERVIÇOS E FUNÇÕES AUTÔNOMAS	1,00									
1206	PASSIVOS FINANCEIROS	1,00									
120604	EMPRESTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZOS	1,00									
13	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO CENTRAL- FUNDOES	1,00									
1301	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2,00									
130101	OUTRAS	2,00									
130199	INDENIZACÖES	1,00									
140000	OUTRAS	1,00									
15	OUTRAS RECEITAS	1.181.814,19	7.809,35	1.185.812,19		1.185.812,19			1.185.812,19	7.809,35	100.3
1501	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	2,00	7.809,35	4.000,00		4.000,00			4.000,00	7.809,35	20000
150101	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	2,00	7.809,35	4.000,00		4.000,00			4.000,00	7.809,35	20000
150101	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	2,00	7.809,35	4.000,00		4.000,00			4.000,00	7.809,35	20000
16	SALDO DA GERENCIA ANTERIOR	1.181.812,19		1.181.812,19		1.181.812,19			1.181.812,19		100.0
1601	SALDO ORÇAMENTAL	1.181.812,19		1.181.812,19		1.181.812,19			1.181.812,19		100.0
160101	NA POSSE DO SERVIÇO	1.181.812,19		1.181.812,19		1.181.812,19			1.181.812,19		100.0
TOTAL		13.648.085,19	81.527,49	11.330.842,65	13.030,60	11.318.081,67			11.318.081,67	81.527,49	82.9

(a) (12 = 10 / 3 * 100)

Em _____ de _____ de _____

Em _____ de _____ de _____

Quadro 22 – Mapa de controlo Orçamental da Receita

[Handwritten signatures and marks]



Relatório de Gestão 2017



AND 2517

[illegible]

[Signature]

**5.3. – RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA****RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA**

ENTIDADE M.V.N.FOZ COA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

ANO 2017

PÁG. 1

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da garantia anterior		0.407.399,57	Despesas orçamentais		9.438.742,84
Execução orçamental	0.181.812,19		Correntes	7.284.752,24	
Operações de tesouraria ...	225.587,38		Capital	2.153.990,60	
Receitas orçamentais		10.136.269,48	Operações de tesouraria		302.589,90
Correntes	8.641.949,84		Saldo para a gestão seguinte ...		2.138.530,54
Capital	1.490.319,64		Execução orçamental	1.879.338,83	
Outras	4.000,00		Operações de tesouraria	259.191,11	
Operações de tesouraria		626.194,23	Total		12.169.863,28
Total		12.169.863,28			

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____

Quadro 24 – Mapa Resumo dos Fluxos de Caixa



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



8.1 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

CÓDIGO 8.1 DO POCAL

GERÊNCIA

De 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017

8.1.1

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

Número de Identificação Fiscal: 506 829 197

Endereço Postal: PRAÇA DE MUNCÍPIO, 5150-642 VILA NOVA DE FOZ CÔA

Telefone: 279 760 400

Regime Financeiro: o estabelecido na Lei nº 73/2013 de 03 de setembro

8.1.2

Legislação, constituição e orgânica: Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro

Funcionamento: Decreto-Lei nº 305/2009 de 23 de Outubro

8.1.3

ORGANIZAÇÃO INTERNA

	Data da Aprovação	Data da Publicação	Diário da República
Estrutura orgânica	28.12.2012	11.01.2013	Nº8
Mapa de pessoal	28.12.2012	11.01.2013	Nº8
Reestruturação de serviços	28.12.2012	11.01.2013	Nº8

8.1.4

Descrição sumária das Atividades: Administração Local

8.1.5

COMPOSIÇÃO DO ORGÃO EXECUTIVO

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro

Gustavo de Sousa Duarte

João Paulo Lucas Donas Botto Sousa

Andreia Merícia Polido de Almeida

Fernando Monteiro Girão

Cristina Maria Ferreira Beselga Lobão Alonso

Fernando Augusto Mimoso Fachada

Jorge Manuel Pais Marçal Liça

Ondina da Conceição de Sousa Parchão

8.1.6 Organização Contabilística

A organização e processamento da Contabilidade assentam num conjunto de aplicações informáticas integradas entre si: Pocal, Aplicação de Gestão de Águas, Gestão de Pessoal e Património.

As aplicações informáticas são suportadas pelo seguinte hardware:

Uma rede ETHERNET de PC'S com sistema operativo Windows a trabalhar sobre uma plataforma

LINUX instalada em dois servidores em bastidor próprio, protegido contra falhas de corrente elétrica por uma unidade de Socorro (UPS) de 10 Kva.

Regularmente o sistema processa cópias de segurança de toda a informação registada.

Não existe neste Município descentralização contabilística.

PONTO III DA RESOLUÇÃO Nº 4/2001 - 2ª SECÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS - D.R. II Série, nº 191 de 18 de Agosto de 2001

a) INDICADORES DE GESTÃO



Fundo Equilíbrio Financeiro.....	5.764.506,00 €
Participação Fixa no IRS.....	164.227,00 €
Fundo Social Municipal.....	143.801,00 €

b) INVESTIMENTOS REALIZADOS POR ESTE MUNICÍPIO

Despesas de Investimento no ano anterior ao da Gerência em apreciação	652.285,50€ €
---	---------------

c) ACÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

Identificação da última inspeção averiguação ou inquérito, realizado ao Município:

Data do início da ação em 2010/10/11, pela entidade IGAL - processo nº 91400.

d) ENCARGOS FINANCEIROS

Quota parte das amortizações e encargos financeiros resultantes de empréstimos contraídos pelas Associações de municípios em que a entidade participe e ou empresas públicas municipais.

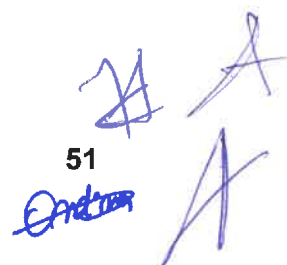
0,00 €

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1 - Indicação e justificação das disposições do POCAL, que em casos excepcionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos no balanço e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Autarquia Local. Sobre o conteúdo desta alínea nada há a assinalar;

8.2.2 - Neste exercício e tendo em vista melhorar a apresentação das contas foram feitos ajustamentos no quadro de contas do exercício de 2017, quer no mapa do balanço ajustando de forma mais adequada a exigibilidade das dívidas, quer no mapa da demonstração de resultados com a alteração do conteúdo de contas entre rubricas, pois na ligação entre o processo orçamental e o processo patrimonial tem algumas configurações que necessitam de ajustamento.

8.2.3 - Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

8.2.3.1.0 – Referencial contabilístico



As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Autarquia e de acordo com as normas vertidas no POCAL- Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais, regulado pelos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, aprovou o atual sistema contabilístico das Autarquias Locais (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL), que entrou em vigor em 1 de janeiro do ano 2002, de 11 de setembro.

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

8.2.3.1 - Imobilizações

8.2.3.1.1 Imobilizações corpóreas próprias

Mensuração

O ativo imobilizado corpóreo, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

a) Considera-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

b) Considera-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada, ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período.

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em



funcionamento, as taxas de amortização definidas na portaria nº 671/2000 CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado

8.2.3.1.2 Imobilizações incorpóreas

Mensuração

O ativo imobilizado incorpóreo, é valorizado ao custo de aquisição.

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período.

As despesas de instalação, bem como as de investigação e de desenvolvimento, são amortizadas no prazo máximo de cinco anos.

8.2.3.1.3 Imobilizações Financeiras

Mensuração

Os investimentos financeiros, são valorizados ao custo de aquisição.

Considera-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

Imparidades

Nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, tiverem, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objeto da correspondente redução, através de conta apropriada. Esta não deve subsistir logo que deixe de se verificar a situação indicada.

8.2.3.1.4 Bens de domínio Público

Os bens de domínio público são incluídos no ativo imobilizado da autarquia, se esta for responsável pela sua administração ou controlo, estejam ou não afetos à sua atividade operacional.



A valorização destes bens será efetuada, sempre que possível, ao custo de aquisição ou ao custo de produção, conforme descrito no ponto 8.2.3.1.1.

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período.

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento, as taxas de amortização definidas na portaria nº 671/2000 CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

8.2.3.1.5 – Critérios genéricos

8.2.3.1.5.1. Aquisições a título gratuito

Quando se trate de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito deverá considerar-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. O critério de valorimetria aplicado deverá ser explicitado e justificado no anexo adequado (nota 8.2.3).

Caso este critério não seja exequível, o imobilizado assume o valor zero, até ser objeto de uma grande reparação, assumindo então o montante desta.

Na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumam o valor zero, devem ser identificados em anexo e justificada aquela impossibilidade (nota 8.2.14).

8.2.3.1.5.2 Transferências de ativos

No caso de transferências de ativos entre entidades abrangidas pelo presente Plano ou por este e pelo POCP, o valor a atribuir será o valor constante nos registos contabilísticos da entidade de origem, desde que em conformidade com os critérios de valorimetria estabelecidos no presente Plano, salvo se existir valor diferente do fixado no diploma que



autorizou a transferência ou, em alternativa, valor acordado entre as partes e sancionado pelos órgãos e entidades competentes.

Na impossibilidade de aplicação de qualquer das alternativas referidas, será aplicado o critério definido no n.º 8.2.3.1.5.1.

8.2.3.1.5.3 – Imparidades

Quando à data do balanço os elementos do ativo imobilizado corpóreo e incorpóreo, seja ou não limitada a sua vida útil, tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, devem ser objeto de amortização correspondente à diferença, se for de prever que a redução desse valor seja permanente. Aquela amortização extraordinária não deve ser mantida se deixarem de existir os motivos que a originaram.

8.2.3.1.5.4 – Avaliação inicial

No caso de inventariação inicial de ativos cujo valor de aquisição ou de produção se desconheça, na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumam o valor zero, devem ser identificados em anexo e justificada aquela impossibilidade (nota 8.2.14).

8.2.3.1.5.5 – Reavaliações

Como regra geral, os bens de imobilizado não são suscetíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respetivos critérios de valorização

8.2.3.1.5.6 – Capitalização de juros

Sem prejuízo do princípio geral de atribuição dos juros suportados aos resultados do exercício, quando os financiamentos se destinarem a imobilizações, os respetivos custos poderão ser imputados à compra e produção das mesmas, durante o período em que elas estiverem em curso, desde que isso se considere mais adequado e se mostre consistente.

Se a construção for por partes isoláveis, logo que cada parte estiver completa e em condições de ser utilizada cessará a imputação dos juros a ela inerentes.

8.2.3.2 - Existências



8.2.3.2.1- Mensuração

As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção

1 Considera-se como custo de aquisição de um bem a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

2 Considera-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

3 Se o custo de aquisição ou o custo de produção for superior ao preço de mercado, será este o utilizado.

4 Quando na data do balanço haja obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, bem como outros fatores análogos, deverá ser utilizado o critério referido no n.º 3.

5 Os subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos são valorizados, na falta de critério mais adequado, pelo valor realizável líquido.

Entende-se como preço de mercado o custo de reposição ou o valor realizável líquido, conforme se trate de bens adquiridos para a produção ou de bens para venda.

Entende-se como custo de reposição de um bem o que a entidade teria de suportar para o substituir nas mesmas condições, qualidade, quantidade e locais de aquisição e utilização.

Considera-se como valor realizável líquido de um bem o seu esperado preço de venda deduzido dos necessários custos previsíveis de acabamento e venda.

8.2.3.2.2 - Provisões

Relativamente às situações previstas nos n.ºs 3 e 4 do ponto 8.3.2.2.1, as diferenças serão expressas pela provisão para depreciação de existências, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

8.2.3.2.3 – Métodos de custeio



Os métodos de custeio das saídas de armazém a adotar são o custo específico ou o custo médio ponderado.

8.2.3.3 - Dívidas de e a terceiros

8.2.3.3.1 – Mensuração

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

8.2.3.3.2 - Provisões

Os riscos de incobrabilidade relativos a dívidas de terceiros, são provisionados.

As provisões que respeitem a riscos e encargos resultantes de dívidas de terceiros não devem ultrapassar as necessidades.

8.2.3.4 - Disponibilidades

8.2.3.4.1 – Mensuração

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

As disponibilidades em moeda estrangeira são expressas no balanço ao câmbio em vigor na data a que ele se reporta.

As diferenças de câmbio apuradas na data de elaboração do balanço final do exercício são contabilizadas nas contas 685 «Custos e perdas financeiros - Diferenças de câmbio desfavoráveis» ou 785 «Proveitos e ganhos financeiros - Diferenças de câmbio favoráveis».

Os títulos negociáveis e as outras aplicações de tesouraria são expressos no balanço pelo seu custo de aquisição (preço de compra acrescido dos gastos de compras).

Se o custo de aquisição for superior ao preço de mercado será este o utilizado.



8.2.3.4.2 - Provisões

Na situação prevista no ponto anterior de o preço de mercado, ser inferior ao custo de aquisição deve constituir-se ou reforçar a provisão pela diferença entre os respetivos preços de aquisição e de mercado. A provisão será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que levaram à sua constituição.

8.2.3.5 – Provisões (2.7.1 POCAL)

A constituição de provisões deve respeitar apenas às situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não devendo a sua importância ser superior às necessidades.

Não se deve proceder à anulação e sequente constituição de uma provisão.

São consideradas situações a que estejam associados riscos as que se referem, nomeadamente, às aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Provisões para cobranças duvidosas

Para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas, consideram-se as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dívidas referidas no parágrafo anterior é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

As dívidas que tenham sido reclamadas judicialmente ou em que o devedor tenha pendente processo de execução ou esteja em curso processo especial de recuperação da



empresa ou de falência são tratadas como «Custos e perdas extraordinários», quando resulte do respetivo processo judicial a dificuldade ou impossibilidade da sua cobrança e sejam dadas como perdas.

Provisões para outros riscos e encargos

Provisão: é um passivo de tempestividade ou quantia incerta.

As provisões para outros riscos e encargos são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Passivos contingentes

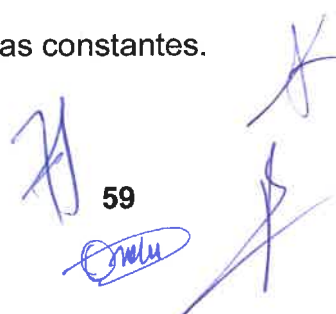
Os passivos contingentes são definidos pela Autarquia como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigação presente que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Autarquia não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

8.2.3.6 – Amortizações (ponto 2.7.2 POCAL)

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.





Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do activo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na lei.

O valor unitário e as condições em que os elementos do ativo imobilizado sujeitos a depreciação ou o deperecimento possam ser amortizados num só exercício são os definidos na lei.

A fixação de quotas diferentes das estabelecidas na lei, para os elementos do ativo imobilizado corpóreo adquirido em 2.^a mão, é determinada pelo órgão deliberativo da autarquia local sob proposta do órgão executivo, acompanhada de justificação adequada.

8.2.4 - Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no Balanço e Demonstração de Resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.

Todas as operações registadas e incluídas nas contas do Balanço e Demonstração de Resultados estão registadas em euros.

8.2.5 - Situações em que o resultado do exercício foi afetado. Nada a referenciar.

8.2.6 - Comentários às contas 43.1 “Despesas de Instalação” e 43.2 “Despesas de Investigação e Desenvolvimento”. Nada a referenciar.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes



Imobilizado Corpóreo
Resumo do movimento Anual

Conta do Razão		Índice de Referência	Saldo Razão em 31-12-2016	Movimentos			Saldo Razão em 31-12-2017
Nº	Descrição			Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	
	DOMINIO PRIVADO						
421	Terrenos e Recursos Naturais		1.464.349,17 €	0,00 €		12.500,00 €	1.451.849,17 €
422	Edifícios e O.Construções		44.630.628,42 €	196.624,52 €		2.238.058,43 €	42.589.194,51 €
423	Equipamento Básico		518.201,72 €	3.664,90 €		0,00 €	521.866,62 €
424	Equipamento de Transporte		1.533.633,57 €	14.625,76 €		0,00 €	1.548.259,33 €
425	Ferramentas e Utensílios		66.286,78 €	3.296,73 €		0,00 €	69.583,51 €
426	Equipamento Administrativo		865.923,32 €	34.798,80 €		760,00 €	899.962,12 €
427	Taras e Vasilhames						
429	Outras Imob. Corporeas		588.417,44 €	20.965,38 €		0,00 €	609.382,82 €
	Total		49.667.440,42 €	273.976,09 €		2.251.318,43 €	47.690.098,08 €
	DOMINIO PUBLICO						
451	Terrenos		320.189,72 €				320.189,72 €
452	Edifícios		23.600,00 €	18.963,99 €			42.563,99 €
453	Outras Const e Infraestruturas		4.811.075,78 €	2.416.607,02 €			7.227.682,80 €
455	Bens de Patri. Histórico, Artístico e Cultural		85.310,32 €	55.659,94 €			140.970,26 €
459	Outros Bens Dom Pub		25.791,36 €	48.745,54 €			74.536,90 €
	Total		5.265.967,18 €	2.539.976,49 €			7.805.943,67 €
	Total Geral		54.933.407,60 €	2.813.952,58 €		2.251.318,43 €	55.496.041,75 €

Quadro 25 – Imobilizado Corpóreo

**Imobilizado Em Curso**
Resumo do movimento Anual

Conta do Razão		Saldo Razão em 31-12-2016	Movimentos		Saldo Razão em 31-12-2017
Nº	Descrição		Aumentos	Transferênc.	
442	Imobilizações em Curso de Imobilizações Corpóreas	3.829.254,12 €	1.160.472,53 €	-253.841,67 €	4.735.884,98 €
445	Imobilizações em Curso de Bens de Domínio Público	170.759,61 €	12.102,55 €	-12.102,55 €	170.759,61 €
		4.000.013,73 €	1.172.575,08 €	-265.944,22 €	4.906.644,59 €

Quadro 26 – Imobilizado em Curso

Imobilizado Incorpóreo
Resumo do movimento Anual

Conta do Razão		Saldo Razão em 31-12-2016	Movimentos Aumentos	Saldo Razão em 31-12-2017
Nº	Descrição			
431	Despesas de instalação	72.727,97 €	2.000,00 €	74.727,97 €
432	Despesas de invest. e desenv.	105.675,45 €	0,00 €	105.675,45 €
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		178.403,42 €	2.000,00 €	180.403,42 €

Quadro 27 – Imobilizado Incorpóreo



Amortizações Acumuladas-resumo anual

Nº	Conta de Razão Designação	Saldo de Razão em 31-12-2016	Movimento de 2017				Saldo de Razão em 31-12-2017
			Reforço	Anulações por Abates	Transferências	Regularizações	
48.5.2	Edifícios	2.043,53	156,30 €				2.199,83 €
48.5.3	Outras Construções e Infraestruturas	1.299.446,82 €	1.391.388,28 €				2.690.835,10 €
48.5.5	Bens de Patri. Histórico, Artístico e Cultura	7.820,06 €	2.953,56 €				10.773,62 €
48.5.9	Outros Bens de Domínio Público	0,00 €	1.624,85 €				1.624,85 €
	Total	1.309.310,41 €	1.396.122,99 €				2.705.433,40 €
48.2.1	Terrenos e Recursos Naturais						
48.2.2	Edifícios e O. Construções	10.553.149,10 €	956.821,54 €			1.121.888,15 €	10.388.082,49 €
48.2.3	Equipamento Básico	396.407,54 €	52.439,34 €			2,34 €	448.844,54 €
48.2.4	Equipamento de Transporte	1.259.832,35 €	55.332,95 €				1.315.165,30 €
48.2.5	Ferramentas e Utensílios	50.215,92 €	5.590,61 €				55.806,53 €
48.2.6	Equipamentos Administrativos	798.633,41 €	24.464,09 €			766,08 €	822.331,42 €
48.2.7	Taras e Vasilhame						
48.2.9	O. Imobilizações Corpóreas	368.371,67 €	40.713,72 €				409.085,39 €
	Total	13.426.609,99 €	1.135.362,25 €			1.122.656,57 €	13.439.315,67 €
48.3.1	Despesas de instalação	72.727,97 €					72.727,97 €
48.3.2	Despesas de invest. e desenv.	14.960,36 €	8.237,32 €				23.197,68 €
48.3.3	Propriedade industrial e outros direitos						
48.3.4	Total	87.688,33 €	8.237,32 €				95.925,65 €
	Total Geral	14.823.608,73 €	2.539.722,56 €			1.122.656,57 €	16.240.674,72 €

Quadro 28 – Amortizações Acumuladas



Divulgações:

Na valorimetria dos bens do ativo imobilizado foi utilizado o critério do custo histórico, tendo as amortizações sido calculadas pelo método das quotas constantes, obedecendo às disposições do POCAL e do CIBE.

O processo de inventariação e avaliação do património foi desenvolvido pelas seguintes fases:

-Numa primeira fase, foram inventariados os bens constantes das contas da classe 4 imobilizada, adquiridos como tal e assim registados. Este trabalho desenvolvido só abrangeu aquisições desde 2003 até 2008.

-Numa segunda fase, foram feitas correções a erros detetados quanto à classificação de bens e aquisições, que de facto não correspondiam a bens capitalizáveis. Estas correções, traduziram-se em reclassificações contabilísticas e ajustamentos contabilísticos.

-Numa terceira fase, foram identificados bens, nomeadamente imóveis e viaturas adquiridos antes da implementação do POCAL pela Autarquia em 2003, que foram valorizados e acrescidos ao imobilizado com ajustamentos nos capitais próprios.

Apesar do trabalho já desenvolvido, não foi possível arrolar, inventariar e valorizar parte dos bens do domínio público utilizados pelo Município ou à sua guarda, mas que não afetam os valores expressos no balanço, pois o valor que lhes será atribuído é zero, nos termos do POCAL.

No âmbito do trabalho efetuado já foi possível registar amortizações de bens adquiridos e identificados entre o ano de 2003 e o ano de 2014 que originaram amortizações acumuladas com ajustamento nos capitais próprios, e amortizações relativas aos bens adquiridos no ano de 2017.

8.2.8 – Desagregação de cada uma das rubricas dos mapas antecedentes, esta informação encontra-se referenciada nos mapas do Património.

8.2.9 - Custos incorridos no exercício respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, o Município não está a capitalizar este tipo de juros.

8.2.10 -Não há reavaliação dos bens do imobilizado.



8.2.11 -Quadro discriminativo das reavaliações, o Município não efetuou qualquer reavaliação dos bens do imobilizado.

8.2.12 – No que se refere às Imobilizações em poder de terceiros, Imobilizações implantadas em propriedade alheia, Imobilizações reversíveis e discriminação de custos financeiros nelas capitalizáveis, temos a referir o seguinte:

O município implementou um Centro de Alto Rendimento para Remo do Pocinho, em terrenos que são propriedade da EDP, com direito de uso durante 50 anos

8.2.13 - O Município não recorreu neste exercício ao regime de locação financeira.

8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Não foi até à data, possível valorizar todo o imobilizado que são bens de domínio público à responsabilidade do Município, com datas de aquisição ou afetação anteriores a 2003, por que a inventariação e arrolamento desses bens, apesar de se terem iniciado, não foi possível ainda conclui-la por manifesta falta de informação e de meios humanos e materiais adequados.

8.2.15 - Identificações dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Só procedemos a amortizações de bens de domínio público, que são depreciables.

8.2.16 – Entidades Participadas.

Designação	Sede	Valor	%	Capital	Resultado Líquido	Ano
FOZCÔAINVEST – Energia, Turismo e Serviço, E.M.	Rua Eng.º Carlos Lacerda. 5150 – V.N. de Foz Côa	1.382.080,30€	92,32	1.497.000,00 €	59.249,06€	2017
Águas do Norte, SA	Av. Osnabruk, nº 29 5000-427Vila Real	115.890,00€	0,0076	152.198.130,00€	8.431.829,98€	2017

Quadro 29 – Entidades Participadas

O município participa ainda de forma indireta numa empresa, a Ribeira da Teja EM Lda., com 51,7%, com estatuto de empresa local e que faz parte do seu perímetro de consolidação.

8.2.17 - Não aplicável

8.2.18 –



8.2.19 - Não aplicável

8.2.20 - Não aplicável

8.2.21 - Não aplicável

8.2.22 – O valor global das dívidas de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa no montante de 23.187,65€.

8.2.23 - Não existem dívidas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

8.2.24 - Não aplicável

8.2.25 - Não aplicável

8.2.26 - Mapa de contas de ordem em anexo à prestação de contas.

8.2.27 – A conta de provisões acumuladas reflete unicamente o reconhecimento da perda que se pode verificar em clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa no montante de 23.187,65€

8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 “Fundo patrimonial”, constantes do balanço.

CONTAS CLASSE	DESCRIÇÃO	ANO 2016	Afetação do Resultado	Variações do Exercício	ANO 2017
51	Património	29.862.003,49 €	580.283,90 €		30.442.287,39 €
57	Reservas	1.610.255,60 €	43.850,22 €		1.654.105,82 €
59	Resultados Transitados	-252.870,31 €	253.135,13 €		264,82 €
88	Resultado Líquido do Exercício	877.004,43 €	-118.090,07 €		758.837,95 €
	Total	32.096.393,21 €	759.179,18 €	0,00 €	32.855.495,98 €

Quadro 30 – Fundo Patrimonial

8.2.29 -Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

O custo das matérias consumidas refere-se ao custo de aquisição da água utilizada no serviço de abastecimento de água à população.





MUNICIO DE FOZ CÔA	2017	2016
Descrição	Mercadorias	Mercadorias
Inventário inicial	0,00	0,00
Compras de Água	497 021,72	470 842,00
Regularização de inventários	0,00	0,00
Inventário final	0,00	0,00
Custo das mercadorias vnd e mat consumidas	497 021,72	470 842,00

Quadro 31 – Demonstração do CMVMC

8.2.30 - Não aplicável.

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS					ANO 2017
ENTIDADE	M.V.N.FOZ COA	-	MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA	Janeiro - Dezembro	Pag. 4
CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
681 - JUROS SUPORTADOS	2.311,35	9.220,39	781 - JUROS OBTIDOS		
682 - PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS		
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS			783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS		
684 - PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL	366,77	
685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS		
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	3.367,28	3.217,88	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA	36,08	
RESULTADOS FINANCEIROS	-5.255,76	-12.438,27	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS		
Total	422,85		Total	422,85	
ÓRGÃO EXECUTIVO Em ____ de ____ de ____			ÓRGÃO DELIBERATIVO Em ____ de ____ de ____		

Quadro 32 – Demonstração de Resultados Financeiros



8.2.32 – Demonstração dos resultados extraordinários

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

ANO 2017

ENTIDADE M.V.N.FOZ CÔA -

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

Janeiro - Dezembro

Pag. 1

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
691 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	357.197,27	180.096,26	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS	8.624,14		792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS			793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA		
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	12.500,00	92.178,35	794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES		
695 - MULTAS E PENALIDADES			795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	7.763,04	27.147,96
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES		
697 - CORREÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	28,19	91.340,87	797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	1.517,56	91.599,87
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS	1.026,78	35.131,27	798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	739.175,99	837.305,87
EXTRAORDINÁRIOS					
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	369.080,21	557.304,15			
Total	748.456,59	956.052,90	Total	748.456,59	956.052,90

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____

Quadro 33 – Demonstração de Resultados Extraordinários

8.2.33 – Provisões e Contingências

Provisões

Nos termos do POCAL, devem ser criadas provisões, sempre que existirem riscos que possam ser seguramente quantificados. O Município, constituiu as seguintes provisões, para ocorrer a riscos identificados e quantificados:

Provisões	Saldo inicial	Aumentos	Utilização	Reversão	Saldo final
Cobranças Duvidosas	16 329,98	6 857,67			23 187,65
Processos judiciais em curso		214 791,00			214 791,00
Outros riscos e Encargos					
Total	16 329,98	221 648,67	0,00	0,00	237 978,65



Contingências

O Município tem acionado por terceiros os seguintes processos:

1) Proc. nº 295/11.4BECTB do TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE CASTELO BRANCO (Ação Administrativa Comum – forma ordinária) – valor: 222.339,29€ - aguarda julgamento;

2) Proc. nº 2222/13.5BEPRT do TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LISBOA (Ação Administrativa Comum) – valor: 648.236,41€ - aguarda audiência prévia;

3) Proc. nº 79/14.8BECTB do TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE CASTELO BRANCO (Ação Administrativa Comum) – valor: 140.679,50€ - aguarda audiência prévia;

4) Proc. nº 447/15.8 do TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE CASTELO BRANCO – Ação Administrativa Especial) – valor: 7.809,35€ - aguarda julgamento;

5) Proc. nº 326/17.4BECTB do TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE CASTELO BRANCO – Ação Administrativa I – valor: 36.653,43€ - aguarda marcação de audiência prévia.

No que concerne aos processos nsº.326/17.4 BECTB (36.653,43€) e 295/11.4 BECTB (178.137,57€, valor adjudicado pelo Município), foi efetuado uma provisão pelo valor total de 214.791,00€, por entendermos haver algum risco, podendo o Município vir a ser condenado.

Quanto aos restantes valores expressos no texto, são valores processuais, pelo que significa que existe incerteza de que sejam verdadeiras responsabilidades, não estando assim, definida a sua quantificação nem a tempestividade do seu pagamento.



No entanto, é convicção deste Município que não há risco de responsabilidade, nem há fundamento que permita determinar com alguma segurança qualquer valor potencialmente exigível, uma vez que todos os processos aguardam despacho saneador.

8.3 – NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

8.3.1- Mapa das Modificações ao Orçamento - **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.2- Mapa das Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.4- Mapas de Transferências - **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.4.1.- Transferências Correntes – Despesa - **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.4.2.- Transferências de Capital - Despesa **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.4.3.- Subsídios Concedidos - **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.4.4.- Transferências Correntes – Receita **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.4.5.- Transferências de Capital – Receita **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas, que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.4.6.- Subsídios Obtidos - **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.5.1 – Ativos de Rendimento Fixo - **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas que vão junto ao Relatório de Gestão;**

8.3.5.2 – Ativos de Rendimento Variável - **Faz parte integrante dos documentos da prestação de contas que vão junto ao Relatório de Gestão;**



8.3.6 – Mapa dos empréstimos

8.3.6.1 – Empréstimos;

8.3.6.2 – Outras dívidas a terceiros;

De acordo com a alínea c) do n.º 13 do POCAL, interessa focar a evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo a terceiros (contas 22, 23 e 26), nos últimos 9 anos, individualizando as dívidas a instituições de crédito.

ANO	DÍVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZOS								DÍVIDAS A CURTO PRAZO	TOTAL GERAL	% Evolução
	BANCOS E DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO					Acordos de Regularização			OUTROS TERCEIROS		
	CGD	BES	CCA	IGTCP	Total dos Emprést.	Águas do Norte	AMDS	Total dos Acord			
2006	1.527.470,50 €	1.093.167,80 €			2.620.638,30 €			- €	267.111,82 €	2.887.750,12 €	0,55%
2007	1.885.099,43 €	1.022.021,10 €			2.907.120,53 €	445.448,49 €		445.448,49 €	338.436,50 €	3.691.005,52 €	27,82%
2008	1.180.767,11 €	950.874,40 €			2.131.641,51 €	316.365,38 €	226.809,25 €	543.174,63 €	990.143,50 €	3.664.959,64 €	-0,71%
2009	1.321.819,47 €	848.757,51 €	740.217,20 €	162.572,00 €	3.073.366,18 €	189.094,38 €	203.646,29 €	392.740,67 €	1.856.514,96 €	5.322.621,81 €	45,23%
2010	994.635,79 €	780.108,65 €	742.882,09 €	162.572,00 €	2.680.198,53 €	127.271,00 €	630.015,21 €	757.286,21 €	1.211.032,31 €	4.648.517,05 €	-12,66%
2011	825.648,51 €	711.459,79 €	1.107.280,06 €	162.572,00 €	2.806.960,36 €	63.635,50 €	523.833,45 €	587.468,95 €	1.813.364,79 €	5.207.794,10 €	12,03%
2012	657.947,28 €	642.810,93 €	989.735,99 €	162.572,00 €	2.453.066,20 €	671.245,85 €	450.184,56 €	1.121.430,41 €	783.308,02 €	4.357.804,63 €	-16,32%
2013	486.234,41 €	574.162,02 €	865.622,67 €	162.572,00 €	2.088.591,10 €	497.498,15 €	357.759,28 €	855.257,43 €	1.112.661,07 €	4.056.509,60 €	-6,91%
2014	313.210,45 €	505.513,21 €	740.350,16 €	146.314,80 €	1.705.388,62 €	326.721,12 €	266.011,27 €	592.732,39 €	259.924,36 €	2.558.045,37 €	-36,94%
2015	138.700,54 €	436.864,35 €	664.058,10 €	113.800,40 €	1.353.423,39 €	169.632,70 €	173.956,98 €	343.589,68 €	59.823,03 €	1.756.836,10 €	-31,32%
2016	26.410,76 €	364.551,15 €	586.810,42 €	81.286,00 €	1.059.058,33 €	- €	82.616,09 €	82.616,09 €	68.106,50 €	1.209.780,92 €	-31,14%
2017	- €	292.237,96 €	508.899,13 €	48.771,60 €	849.908,69 €	- €	20.654,03 €	20.654,03 €	72.154,63 €	942.717,35 €	-22,08%

Quadro 34 – Dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos

Neste mapa, não só se encontram relatadas as dívidas a fornecedores de curto prazo (faturas por pagar e faturas em conferência), como também, o acordo de regularização com a AMDS.

Associação de Municípios do Douro Superior

- Com esta Associação foram elaborados dois acordos de regularização:

a) 1º Acordo no valor de 226.809,25€ em 22/12/2008 – Pago.

b) 2º Acordo no valor de 464.715,51€ em 12/04/2010 – em execução até abril de 2018.



Mapa das dívidas a terceiros (descriminado) – Ano de 2017

ENTIDADE		OUTRAS ÓPTIMAS A TERCEIROS		DATA	ANO	PERÍODO
M.V.M.F.OZ COA		Período : 2017/01/01 a 2017/12/31		2018/01/06	2017	1
CON. CONTA	TERCEIRO	DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDIDA
22		FIDEJESSORES		150.712,39		31.639,68
22.1		Fidejessores n/contrato		62.656,09		21.654,73
22.1.1		Atividade de Seguradora		62.656,09		21.654,73
22.1.1.02		A.M.E.S		62.656,09		21.654,73
22.1.1.02.1		A.M.E.S - CUBER SPACE		61.562,12		
22.1.1.02.1	69	ASSOCIACAO DE MUNICIPIOS DO DOURO SUPERIOR		61.562,12		21.654,73
22.1.1.02.1	69	A.M.E.S - MILENIO PRADO		30.653,97		21.654,73
22.1.1.02.1	69	ASSOCIACAO DE MUNICIPIOS DO DOURO SUPERIOR		30.653,97		21.654,73
22.1		Fidejessores - Facilitas em recepção e assistência		69.156,30		71.744,62
22.1	112	CIT-COMERCIO DE PORTUGAL, SA		567,59		919,33
22.1	116	RED-SERVICOS DE CONSULTAS E MEDICINA, S.A.		202,00		430,33
22.1	1250	FERNANDO PEIXEIRO & JOSE LIMA, SOC. LDA.				1.180,81
22.1	1300	PETROLIO DE PORTUGAL- PETROLIO S. A.				1.321,55
22.1	1430	ORIMA PORTUGAL, SOC. EMPRESARIAL LDA.		547,31		547,31
22.1	1534	COMUNICACOES VIDEIRA & FILIPE, LDA		419,59		952,37
22.1	1995	ATHEUS PORTUGAL, LDA		114,39		155,71
22.1	1997	ANDRÉ - GESTÃO AMBIENTAL, LDA		29,93		29,93
22.1	2029	MARCEL VIEIRA DA COSTA		540,00		
22.1	2039	ROTA DAS EMERGENCIAS EMPRESARIAL, LDA		2.582,16		1.382,74
22.1	2122	ED COMERCIAL - COMERCIALIZACAO DE ENERGIA, SA		45.881,95		614,55
22.1	2201	ARCONUM - AUTOMOVEIS, EMPRESARIAL, LDA.		1.371,29		
22.1	2369	SECCAO - BASES ADMINISTRATIVAS, S.A.		337,94		1.361,38
22.1	2625	REBOQUE CARLOS MARTINS & FILIPE, LDA				391,61
22.1	2644	LUIS FILIPE BILLOTE LOURENCO		110,00		
22.1	2654	CINEXAO, LDA		2.767,50		
22.1	268	BRAGA DA COMISSÃO DOLETO M. GUERRA IMITADOS DA COMPANHIA DE		516,65		
22.1	2794	SE ENFERMIA, LDA.				1.349,63
22.1	313	IDEALIZA, SUPERMERCADO, LDA		39,13		475,17
22.1	367	V. FERNANDES & MOTA, LDA		2,33		
22.1	459	CRISTIAN ALVES GRATIAS				904,55
22.1	471	CHAMUSCA INTERIOR, S.A.		510,00		1.977,13
22.1	56	SUI COSTA - EMPRESARIAL, LDA		2.554,95		1.039,61
22.1	595	ASSOCIACAO DE ESCOLAS TENENTE CORONEL ADO CARANAPUCCI DE V.		2.575,35		1.059,68
22.1	69	ASSOCIACAO DE MUNICIPIOS DO DOURO SUPERIOR				35.915,41
22.1	763	FREGUESIA DE SANTA COMER		41,24		
22.1	8	OPALIZA - REPRESENTACOES, LDA		1.525,20		
22.1	881	LEON- LAB. REGIONAL DE TRÁS-OS-MONTES, LDA		669,71		300,70
22.1		OUTROS DEVEDORES E CREDITOS		494.885,35		108.507,41
22.1		Fidejessores de Jornalizacao		140.810,00		
22.1.1		Fidejessores de Jornalizacao, c/c		140.810,00		
22.1.1	2192	MARIA ASSUNCAO LEMOS FREITAS ALBUQUERQUE DIAS MACIO		140.810,00		
22.1		Devedores e Creditores diversos		354.075,35		108.507,41
22.1.1		DEVEDORES DIVERSOS		341.440,51		101.432,55
22.1.1.1		CREDITORES DAS ADMINISTRACOES PUBLICAS		341.440,51		101.432,55
22.1.1.1.1		DEVEDORES E CREDITORES DIVERSOS-CREDITOES ADMINISTRACOES		341.440,51		101.432,55
22.1.1.1.1		FUBATCAIS- TAM				
22.1.1.1.1.1		SÓCIDA A LUIS PRADO - TAM		68.286,00		51.216,81
22.1.1.1.1.1	2621	Fundo de Apoio Municipal		68.286,00		51.216,81
22.1.1.1.1.1		SÓCIDA A MÓDIO E LUIS PRADO - TAM		270.552,51		51.216,81
22.1.1.1.1.1	2621	Fundo de Apoio Municipal		270.552,51		51.216,81
22.1.1		Creditores Diversos		12.644,84		5.775,86
22.1.1.1		OUTROS CREDITORES DIVERSOS		12.644,84		5.775,86
22.1.1.1.1		LEASING- TRANSFERENCIA DE CONTAS		5.869,44		
22.1.1.1.1.1		Creditores Diversos - Outros		5.775,86		5.775,86
22.1.1.1.1.1.1		CREDITORES DIVERSOS- INDIVIDUAL - CARTELOS CONCESSÃO		5.775,86		5.775,86
22.1.1.1.1.1.1.1	1513	CELIA MARIA E FRANCIS PEREIRA		1.225,00		1.225,86
A TRANSPORTAR ...				602.351,54		158.465,85



ENTRADA		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS		DATA	ANO	PAGINA
M.V.N.FOZ COA		Período : 2017/01/02 a 2017/12/31		2019/04/04	2017	2
CCD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR
		TRANSPORTE ...		642.257,64		199.465,66
	2622	RUI AUGUSTO MURÇA SOARES		2.550,00		2.350,00
		TOTAL ...		644.807,64		201.815,66

Quadro 35 – Outras Dívidas a terceiros 2017

No gráfico abaixo é relatada a evolução das dívidas de curto médio e longo prazo, nos últimos anos.

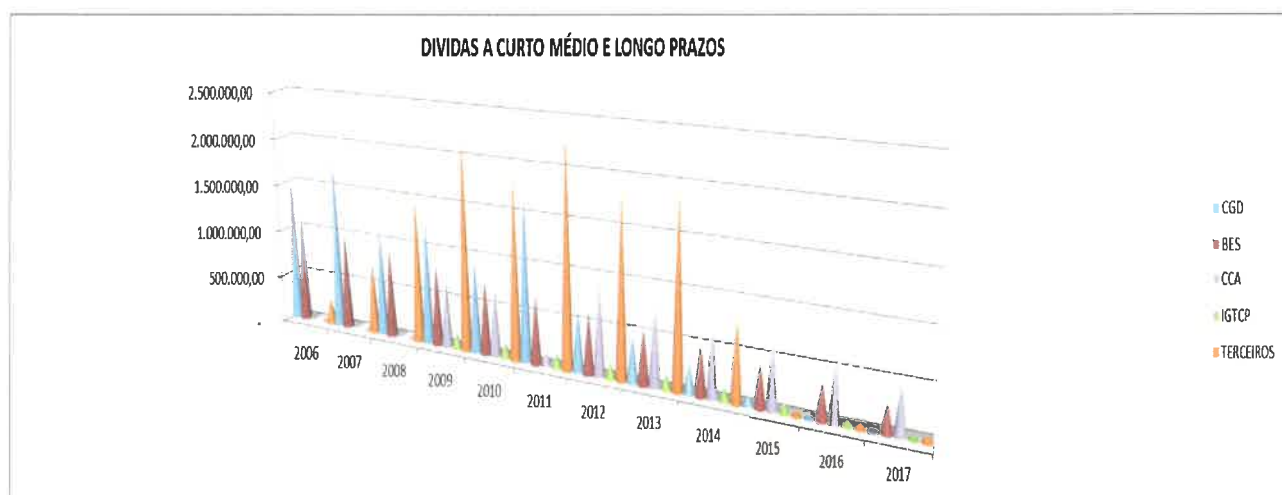


Gráfico 8 - Dívidas a Curto, Médio e Longo Prazos

Em cumprimento do art.º 15º da Lei nº 22/2015 de 17 de março, que alterou e republicou a Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, (LCPA e Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), a seguir se elenca de forma individual, todos os recebimentos e pagamentos pendentes (uma vez que o município não tem pagamentos em atraso) a 31 de Dezembro de 2017, bem como se declara que é nossa convicção que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2017, se encontram



devidamente registados no programa contabilístico existente neste município (Anexo I), em compromissos futuros.

Recebimentos e Pagamentos à data de 31/12/2015**RECEBIMENTOS:**

Entidade	Nº	Valor
Consumidores de água com pagamentos em atraso	Débitos ao Tesoureiro	23.187,65 €
A receber dos Fundos Comunitários		31.919,27€
Total		55.106,92€



PAGAMENTOS:

Terceiro	Fornecedor	Referência	Nº Interno	Dt. Emissão	Dias em atraso	Valor	Acordo de Regularização de dívida	S/ Acordos de Regularização de dívida
69	ASSOCIACAO DE MUNICIPIOS DO DOURO SUPERIOR	0015/10	1995	2010-03-10	0	20.654,03 €	20.654,03 €	
2621	FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	2015/FAM	3689	2015-12-30	0	102.432,00 €	102.432,00 €	
Total						123.086,03	123.086,03	0,00

Quadro 36 – Recebimentos e Pagamentos em atraso a 31/12/2016



De seguida ilustramos o ponto de situação dos projetos cofinanciados pelos fundos comunitários.

Programa	Designação do projeto	valores aprovados(atualizados)			valores a 31-12-2017					
		investimento elegível	comparticipação	%	faturados	submetidos		recebido	pedidos pendentes por receber	valores por receber ainda não submetido
						investimento elegível	comparticipação			
ON2	Rede de monumentos do Vale do Douro	156.689,80	133.186,33	85,00	156.689,83	156.689,83	133.186,36	133.186,36	0,00	
Norte 2020	Centro de Saúde de Vila Nova de Foz Côa	360.000,00	306.000,00	85,00	649.243,87	192.693,99	163.787,91	131.868,64	31.919,27	0,00
									31.919,27	0,00

Quadro 37 – Posição dos projetos candidatos em 31/12/2017

Note-se que em 31 de dezembro de 2017, o Município tinha a receber de fundos comunitários a importância de **31.919,27 €**, em validação, o que veio a ocorrer em janeiro do corrente ano. Se contabilizarmos o valor a receber de fundos comunitários, que aguardava validação, a **descida** real das dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos é de **24,71%**, em vez de **22,08%** (ver quadro 28 – Dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos).

Importa ainda referir que, o prazo médio de pagamentos neste Município, segundo dados da DGAL, tem vindo a descer consideravelmente, tendo subido ligeiramente no ano de 2016, em virtude de alguns fornecedores não terem as Certidões de Não Dívida às Finanças e à Segurança Social em dia, atrasando assim o processo de pagamento.

Prazo Médio de Pagamentos								
Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nº de dias	93	93	39	49	67	14	23	20*

* Nota: Dados provisórios da DGAL, publicados no Portal Autárquico.

Quadro 38 – Prazo Médio de Pagamentos



Autorização para Emissão:

As demonstrações financeiras e a execução orçamental foram aprovadas pela Camara Municipal, órgão competente, no dia .../04/2018.

Vila Nova de Foz Côa, 13 de Abril de 2018

O Presidente da Câmara,

Engº Gustavo de Sousa Duarte



ANEXO I



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
CÂMARA MUNICIPAL

Tel. 279 760 400 - Fax 279 760 438 - e-mail: correio@cm-fozcoa.pt - www.cm-fozcoa.pt - NIF PT 508 825 197

DECLARAÇÃO

COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Eng.º Gustavo de Sousa Duarte, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, declara para os devidos efeitos e nos termos do disposto na alínea a) do nº1 do artigo 15º da Lei nº 22/2015 de 17 de março, que alterou e republicou a Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA e Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), que este município registou no ano de 2017, os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2017, e é nossa convicção que todos se encontram devidamente registados.

Paços dos Concelhos, 05 de fevereiro de 2018.

O Presidente da Câmara Municipal,

Eng.º Gustavo de Sousa Duarte

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

----- Extrato da Ata -----

Declaração sobre Compromissos Plurianuais – 2017.

A Câmara Municipal deliberou: Por unanimidade, tomar conhecimento e enviar a presente declaração à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº2 do artigo 15 da Lei nº 22/2015 de 17 de março, que alterou e republicou a Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro.

PRAÇA DO MUNICÍPIO – 5150-642 VILA NOVA DE FOZ CÔA